

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAFAELA KINNE MANN ARNOLD

O CORPO FEMININO COMO TERRITÓRIO PARA CONQUISTA:
O uso do estupro como arma de guerra em Ruanda e Bósnia-Herzegovina

Porto Alegre

2020

RAFAELA KINNEMANN ARNOLD

**O CORPO FEMININO COMO TERRITÓRIO PARA CONQUISTA:
O uso do estupro como arma de guerra em Ruanda e Bósnia-Herzegovina**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais, pelo Curso de
Relações Internacionais da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Pessin Adam

Porto Alegre

2020

AGRADECIMENTOS

Meu caminho acadêmico não poderia ter sido trilhado sem a ajuda das pessoas ao meu redor. Agradeço o apoio da minha família, principalmente dos meus pais, irmã, avós e dindos. Sem vocês, não teria chegado tão longe. Obrigada por todo o suporte e por acreditarem em mim acima de tudo. Obrigada por apoiarem minhas ideias mais loucas e meus sonhos mais impossíveis.

Agradeço também aos meus amigos, tanto os que fiz na faculdade quanto os que eu trouxe da vida. Vocês tornaram minha vida mais leve e saber que posso contar com vocês é um dos maiores presentes que tive nesse caminho. Desde as conversas no corredor até os momentos de silêncio compartilhado estudando, vocês fizeram tudo valer a pena.

Obrigada ao corpo docente da UNISINOS por me preparar para esta jornada. Os debates, discussões e leituras foram essenciais para meu desenvolvimento pessoal. Obrigada principalmente ao meu orientador, por todo apoio acadêmico e emocional em um momento tão difícil. Foi minha voz da razão em momentos de desesperança comigo mesma e com a minha pesquisa.

Esta monografia não teria nascido sem as mulheres fortes em minha vida. Mulheres da minha família, do meu círculo de amizade, da minha escola e da minha faculdade, e mulheres que nunca conheci e me inspiram mesmo assim. Agradeço por sempre me lembrarem pelo o que vale a pena lutar.

Não poderia deixar de mencionar também minha psicóloga, que me acompanhou neste caminho e me ajudou tanto. Coloco este agradecimento aqui também com a esperança de que falar sobre saúde mental seja visto como algo cada vez mais natural. Não teria sido possível sem seu apoio e cuidado.

Agradeço a mim mesma, por não ter desistido, e a todos que não desistiram também. Este trabalho é um reflexo não apenas do meu caminho, mas também da minha rede de apoio.

*“I am not free while any woman is unfree, even when her shackles are very
different from my own”*

— Audre Lorde

*“My greatest wish for humanity is not for peace of comfort or joy. It is that we all still
die a little inside every time we witness the death of another. For only the pain of empathy
will keep us human. There’s no version of God that can help us if we ever loose that.”*

— Neal Shusterman

RESUMO

O uso do estupro como arma de guerra pode ser observado, através dos séculos, mundialmente. Porém a partir da guerra da Bósnia-Herzegovina (1992-1995) e da guerra de Ruanda (1994) é observado o uso do estupro em massa para atingir toda uma cultura. As mulheres bósnias e as mulheres Tutsi foram vitimizadas devido ao seu gênero e a sua etnia, submetidas a incontáveis abusos e violações. Devido ao caráter étnico destes conflitos, as vítimas eram escolhidas não apenas devido ao seu gênero, mas também devido a sua etnia. A análise das situações exemplifica o porquê destes dois fatores serem intrínsecos e indispensáveis para a compreensão dos eventos que transcorreram ao longo destas guerras. Justamente por causa deste caráter interseccional, o uso do estupro nestes casos foi considerado como genocida, estabelecendo um novo paradigma no Direito Internacional. Ruanda e Bósnia trouxeram o tema de estupro como arma de guerra para o centro das discussões internacionais e impactaram como o mundo enxerga tal assunto. Mesmo assim, as sobreviventes ainda encontram dificuldade em reintegrar-se à sociedade, evidenciando que o esforço relacionado às consequências destas guerras deve ser contínuo.

Palavras-chave: Estupro. Etnia. Gênero. Ruanda. Bósnia-Herzegovina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - RPF advance Rwandan Genocide 1994	28
Figura 2 - A fragmentação da Iugoslávia	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pontos de convergência e divergência Ruanda/Bósnia-Herzegovina	42
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. BASE TEÓRICA.....	14
2.1. A TEORIA FEMINISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	14
2.2. O CONCEITO DE SEGURANÇA HUMANA	19
2.3 ETNIA E SEUS PROCESSOS.....	22
3. CONFLITOS ABORDADOS	25
3.1 RUANDA	25
3.2 BÓSNIA E HERZEGOVINA.....	29
4. ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA.....	35
4.1 O CRIME DE ESTUPRO.....	35
4.2 CASOS ANALISADOS.....	37
4.2.1 BÓSNIA-HERZEGOVINA	37
4.2.2 RUANDA.....	39
4.2.3 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DOS CASOS.....	41
4.3 ESTUPRO ÉTNICO E DE GÊNERO: RAZÕES E EFEITOS.....	43
4.4 GÊNERO COMO MOTIVAÇÃO.....	44
4.5 ETNIA COMO MOTIVAÇÃO.....	46
4.6 CONSEQUÊNCIAS E IMPACTOS.....	49
4.6.1 SOBREVIVENTES.....	49
4.6.2 ESTUPRO COMO GENOCÍDIO	53
4.6.3 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E A SEGURANÇA HUMANA.....	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	65

1. INTRODUÇÃO

As teorias feministas de Relações Internacionais vêm há anos expondo como o sistema patriarcal faz com que as mulheres tenham experiências distintas das masculinas, inclusive no contexto de guerra. A violência sexual é apenas uma das maneiras com que a opressão feminina se manifesta em situações atípicas como conflitos armados. Quando utilizado de forma sistemática contra um grupo étnico, o estupro atinge uma nova dimensão: um genocídio motivado tanto por questões de gênero quanto por questões étnico-raciais.

Núbia Sanches Martins (2016) traz à tona a discussão de que, tipicamente, o estupro é associado a crimes de honra e de violação de propriedade, o que serve para diluir a verdadeira natureza do crime, que deve ser tipificado como violência contra os direitos humanos. É desta ótica que os organismos internacionais se valeram após a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) para definir o estupro como um ataque à honra. As teorias positivistas, essencialmente centradas em Estados e instituições, ignoram questões fundamentais de gênero ao formularem suas ideias, acabando por refletir na formação da nova política que molda o pós-Guerra.

O uso da violência contra a mulher através do estupro durante tempos de guerra entrou na agenda internacional nos anos 1990, após o caso da ex-Iugoslávia. Foi a primeira vez que tal assunto apareceu nas discussões políticas *mainstream*, devido aos contornos óbvios de limpeza étnica e genocídio dos estupros cometidos na Bósnia-Herzegovina. O Tribunal Penal Internacional para ex-Iugoslávia foi estabelecido em 1996, e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda, no mesmo ano, após o genocídio Tutsi no país africano. Ambos os Tribunais julgaram os estupros como mais que apenas um “ataque contra a honra”, como será abordado mais adiante (MARTINS, 2016).

A guerra da Iugoslávia (formada por seis repúblicas distintas: Sérvia, Macedônia, Croácia, Eslovênia, Montenegro e Bósnia-Herzegovina) ocorreu em um contexto de pós-Guerra Fria, de 1992 a 1995. Extinto o Partido Comunista após o fim da União Soviética (URSS), o país multiétnico viu-se sem referência de unidade e entrou em uma situação extremamente instável. A desigualdade entre as nações participantes da Iugoslávia tornou-se cada vez mais evidente, e o status de igualdade entre elas previamente concedido começou a mostrar-se insustentável. Após Bósnia-Herzegovina declarar sua independência em meio a um clima já frágil,

os sérvios começaram sua ocupação por Sarajevo e acabaram por tomar grande parte do país, cometendo enormes violências durante sua ocupação bélica (BASSANETTI, 2014).

Já o caso de Ruanda recebeu menos atenção da mídia internacional, porém foi igualmente sangrento. Com uma duração de mais ou menos cem dias em 1994 e uma contagem de corpos chegando a quase um milhão de mortos, o conflito teve motivação étnico-política. As tensões entre os Tutsi e os Hutu se intensificaram após a queda de um avião onde estava o presidente Hutu de Ruanda. Os Hutu culpam a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), um movimento Tutsi, e iniciaram “uma campanha bem organizada de assassinato” (BBC, 2014).

Em ambos os conflitos, o estupro foi utilizado como forma de humilhar, dominar e, eventualmente, dizimar as mulheres de uma certa etnia. As mulheres Tutsi e bósnias foram submetidas a campos de estupro com objetivos sociopolíticos bem traçados. O uso da violência de gênero como arma de guerra nos dois casos abriu um precedente, tanto no âmbito acadêmico quanto político, para discussão sobre as nuances dos crimes de guerra praticados durante conflitos.

Portanto, o tema a ser analisado é a violência de gênero em um contexto de conflito, mais especificamente, o estupro como arma de guerra. Secundariamente, será analisada a percepção do corpo feminino como um território inimigo a ser conquistado e a consequente desumanização das mulheres envolvidas como vítimas em guerras, desumanização essa que passa por critérios étnicos.

Para compreender mais profundamente o tema, a pesquisa será delimitada a dois casos: a guerra da Bósnia-Herzegovina e a guerra em Ruanda. Temporalmente, a análise ocorrerá do início ao fim de ambos os conflitos, incluindo a duração de ambos os Tribunais Penais para julgamento dos crimes de guerra cometidos, pois suas ações são essenciais para compreender a consequência para o Sistema Internacional.

A pergunta central que este projeto de pesquisa busca responder é “Como a desumanização da mulher no caso de estupros sistemáticos atende também a critérios étnicos em conflitos sociopolíticos?” Busca-se traçar um paralelo entre os dois conflitos, a fim de identificar semelhanças e diferenças no objetivo da violência e no perfil das vítimas. Além disso, objetiva-se atingir um maior entendimento sobre as nuances do genocídio e violência em massa a partir dos conceitos de segurança humana e das teorias feministas de relações internacionais.

O objetivo geral desta monografia, portanto, é entender a desumanização das vítimas de estupro em conflitos a partir da ótica de gênero e etnia. Com o propósito de demarcar melhor a pesquisa, foram firmados os seguintes objetivos específicos: i) compreender as motivações e consequências do estupro em massa a partir da Teoria Feminista de Relações Internacionais; ii) entender a relevância da sobreposição entre gênero e etnia no estupro sistemático; iii) analisar o papel das mulheres no conflito de Ruanda e Bósnia; e iv) demarcar as diferenças entre o uso do estupro em ambos os conflitos.

As Relações Internacionais têm como base, historicamente, teorias que excluem a perspectiva do indivíduo de sua análise conjuntural. Apesar de, em um primeiro momento, o nível interpessoal parecer irrelevante quando se trata com entidades maiores e teoricamente abstratas, como Estados, governos e instituições, certos comportamentos da sociedade civil se repetem nas relações internacionais.

A dinâmica de gênero não é diferente. Os conceitos de masculinidade, feminilidade, e tudo que eles implicam afetam como a política é feita. É importante manter em mente que as relações internacionais são feitas por indivíduos, que apesar de não estarem representando a si mesmos, têm ideias e valores moldados pelo sistema em que foram criados, sistema este patriarcal.

A academia brasileira foca no ensino das teorias positivistas. Existe um certo receio em inserir as teorias pós-positivistas como formas legítimas de análise. Este trabalho busca elucidar como as teorias pós-positivistas, utilizando especificamente a teoria feminista neste caso, são essenciais para a compreensão completa dos acontecimentos internacionais. David Lake (2013) defende que as três grandes teorias (Realismo, Liberalismo e Marxismo) não são o suficiente por si próprias para explicarem o mundo, e o presente trabalho procura demonstrar como a teoria feminista pode auxiliar nesta complementação da análise em certos casos.

Excluir o gênero da análise e interpretação de eventos internacionais é deixar de lado uma importante faceta de tais eventos. O uso de estupros sistemáticos para subjugação de um povo não pode ser analisado corretamente sem inserir nesta análise as causas e consequências deste tipo de violência decorrentes do sistema de opressão feminina.

Tradicionalmente, os conflitos ocorridos em Ruanda e Bósnia-Herzegovina são analisados nas Relações Internacionais a partir de óticas como a das Novas

Guerras, teoria proposta por Mary Kaldor¹. Os estupros são mencionados, mas raramente são o foco na academia brasileira. A importância desta monografia está justamente na centralização da violência sexual na análise.

Ademais, é comum que, ao utilizar a teoria feminista como base, se acabe em um lugar-comum de generalização das experiências das mulheres ao redor do mundo. Esta tendência a aplicar apenas o prisma do gênero leva a conclusões equivocadas e ao apagamento de experiências de sobreviventes. Ao inserir o prisma étnico, juntamente com o de gênero, objetiva-se expandir a análise qualitativamente, e fugir da aplicação de um feminismo que não leva em consideração a história, cultura, e localização dos fatos. Sobre isto, Chandra Mohanty bem explica:

Uma análise de “diferença sexual” na forma de uma noção do patriarcado ou de dominância masculina transculturalmente única e monolítica leva a construção de uma noção similarmente reducionista e homogênea do que eu chamo de “diferença do terceiro mundo” - aquele algo estável, ahistórico que aparentemente oprime a maioria, senão todas, as mulheres nesses países. (MOHANTY, 1984, p. 335, tradução nossa)²

Para atingir os objetivos propostos pela presente monografia, a pesquisa se dará de forma qualitativa, devido à sua natureza exploratória. Dentro do escopo da pesquisa qualitativa, será utilizado o método de estudo de caso. De acordo com Lara e Molina (2011), o estudo de caso utiliza-se de diversas fontes para relatar a realidade das situações analisadas, mesmo que apresentem pontos de vista conflitantes. Este tipo de abordagem permite a exposição da complexidade das situações analisadas, o que é ideal para o objetivo deste trabalho.

Serão utilizados tanto documentos primários, como documentos oficiais e entrevistas, quanto secundários, como bibliografias incluindo livros, artigos e sites (LARA; MOLINA, 2011). Devido à complexidade do assunto, é essencial que diversas fontes sejam incorporadas à discussão para enriquecê-la. A bibliografia

¹ Mary Kaldor é uma professora britânica e criadora da teoria das Novas Guerras. As Novas Guerras se diferenciam das chamadas “velhas guerras” pois apresentam atores não-estatais cada vez mais proeminentes; seus objetivos são relacionados à identidade (étnica, religiosa ou tribal) e não à ideologias; utilizam métodos como controle da população e dominação política ao invés de batalhas tradicionais; e são financiadas por diversos atores através de atividades criminais e investimento privado. (KALDOR, 2013)

² An analysis of "sexual difference" in the form of a cross-culturally singular, monolithic notion of patriarchy or male dominance leads to the construction of a similarly reductive and homogeneous notion of what I call the "Third World Difference"-that stable, ahistorical something that apparently oppresses most if not all the women in these countries. (MOHANTY, 1984, p. 335)

escolhida é analisada para compreender quais aspectos da mesma são relevantes ao tema.

Considerando o teor da discussão principal, a pesquisa também pode ser caracterizada como explicativa. Gil (2008, p. 28) aponta que a pesquisa explicativa “[...] têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.”

Para dar sentido às informações recolhidas, os casos serão analisados sob a ótica da teoria feminista de relações internacionais. Além disso, o conceito de segurança humana também será útil para a compreensão de certos fatos históricos.

Seguido desta seção introdutória, esta monografia contará com mais quatro capítulos, totalizando então cinco. Cada capítulo também estará dividido em subseções para melhor organização da discussão e da análise objetivadas. Os objetivos e temas delineados no presente capítulo servirão como norteadores do restante do trabalho.

O segundo capítulo, intitulado de Base Teórica, trará três subcapítulos para melhor dividir o conteúdo. No primeiro, será apresentada a Teoria Feminista de Relações Internacionais. Serão apresentados conceitos gerais, vertentes chave, e a interpretação sobre o papel da mulher na guerra a partir desta epistemologia. O segundo subcapítulo pretende explorar o conceito de segurança humana e seus impactos no entendimento das funções de Estados e Organizações Internacionais no que diz respeito à segurança como um todo. O terceiro subcapítulo trará uma discussão sobre o conceito de etnia e os processos que levam a sua definição.

O terceiro capítulo, Conflitos Abordados, trará uma contextualização para o tema central do trabalho. Também dividido em subcapítulos, será dado um panorama geral de ambos os conflitos analisados, a Guerra da Ruanda e a Guerra da Bósnia-Herzegovina.

O capítulo quatro, denominado de Estupro em massa e suas implicações, será dedicado à discussão central da presente monografia. Será abordado o uso do estupro em massa durante a Guerra da Ruanda e a Guerra da Bósnia-Herzegovina, analisando as peculiaridades de cada caso. O escopo étnico será um ponto central da discussão, juntamente com a perspectiva gênero. Será também abordado a atuação do Tribunal Penal Internacional (TPI), que julgou os crimes contra

humanidade tanto no conflito em Ruanda quanto na Bósnia, e a discussão da tipificação do estupro como genocídio.

O capítulo cinco será o último, chamado de Considerações Finais. Será respondido o problema de pesquisa, e pretende-se atingir uma resposta utilizando-se das discussões supracitadas. Este será o capítulo de fechamento da monografia.

2. BASE TEÓRICA

2.1. A TEORIA FEMINISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Com a emergência de novos temas no Sistema Internacional pós-Guerra Fria, surgem também as teorias feministas de Relações Internacionais no final dos anos 1980. Estas teorias podem ser enquadradas dentro do escopo das teorias críticas, levando em consideração a descrição de Robert Cox (apud TICKNER, 2001, p. 32) de que as teorias críticas buscam não apenas propor mudanças à estrutura atual, mas também questionar como tais estruturas vieram a ser.

A teoria feminista é, em sua essência, multidisciplinar. Ao lidar em termos de gênero, poder, dominação e subordinação, faz-se necessária a comunicação entre as Relações Internacionais (RI) e demais disciplinas. Ademais, as teorias de RI historicamente ignoram a dimensão pessoal e individual da política. Trazer as mulheres para o centro da discussão internacional requer, necessariamente, a importação de conceitos e discussões antes consideradas da esfera privada (ENLOE, 2014).

A visão feminista busca inserir no debate de Relações Internacionais a dimensão de gênero. Questiona-se porque as mulheres têm o papel que têm nas RI, como que estes papéis foram distribuídos e a quem interessa que eles sejam mantidos. Cynthia Enloe, em seu livro pioneiro no feminismo em Relações Internacionais, traz a reflexão:

Muitas vezes, comentaristas sem curiosidade sobre gênero atribuem o papel das mulheres nas relações internacionais à tradição, preferências culturais e normas atemporais, como se cada uma dessas existisse fora da esfera onde o poder é exercido, como se eles estivessem além do alcance de decisões e esforços para impor essas decisões [...] - na realidade, todas estas são moldadas pelo exercício de poder por pessoas que acreditam que seus próprios interesses locais e nacionais dependem que as mulheres e meninas internalizem estas expectativas feminizadas específicas. [...] Comentaristas políticos que não questionam estas internalizações vão aceitar as operações camufladas de poder como se não houvesse poder algum em ação. (ENLOE, 2014, p.11, tradução nossa)³.

³ Too often gender incurious commentators attribute women's roles in international affairs to tradition, cultural preferences, and timeless norms, as if each of these existed outside the realms where power is wielded, as if they were beyond the reach of decisions and efforts to enforce those decisions. [...] — in reality, all of these are shaped by the exercise of power by people who believe that their own local

Sendo assim, as teorias feministas buscam explorar as diferentes maneiras em que situações afetam mulheres e homens, e como isso molda as Relações Internacionais. A análise baseada em gênero traz mais uma lente que permite identificar problemas e eventos que seriam impossíveis de analisar sem esta variável (SJOBORG; VIA, 2010, p. 9).

A construção da dicotomia entre masculinidade e feminilidade é outro ponto central da discussão. Enquanto a masculinidade é associada a características relacionadas ao poder público e militar, a feminilidade fica com características consideradas mais brandas: delicadeza, maternidade, meios pacíficos. A feminilidade e a masculinidade não existem uma sem a outra, pois uma existe justamente para ser o contraponto da outra (TICKNER, 2001).

A distinção entre traços associados com a masculinidade e traços associados com a feminilidade não é uma sem juízo de valor. Pelo contrário, características associadas com a masculinidade são valorizadas acima de características associadas com a feminilidade na vida social e política. A masculinidade é premiada enquanto a feminilidade é indesejável. (SJOBORG; VIA, 2010, p. 3, tradução nossa)⁴.

O que as feministas questionam é justamente a validade dessa divisão. Enquanto aqueles que se beneficiam do sistema patriarcal defendem que estas características associadas aos gêneros são naturais, as críticas de gênero atuais enxergam a feminização como um processo. Catherine MacKinnon, citada por Sjoborg e Via (2010) expõe que a feminização - isto é, a atribuição de características consideradas inferiores para justificar sua subjugação - é algo que pode acontecer com qualquer um.

É importante frisar, porém, que as teorias feministas de Relações Internacionais são diversas e, frequentemente, discordam entre si em pontos-chaves. Como traz Tickner (2001, p. 12, tradução nossa)⁵, “É importante enfatizar que nem todas as feministas pensam igual; a diversidade na academia feminista muitas vezes não é reconhecida por estudiosos de RI”. Estas diferenças moldam

and international interests depend on women and girls internalizing these particular feminized expectations. [...] Political commentators who do not question these internalizations will accept the camouflaged operations of power as if there were no power at work at all (ENLOE, 2014, p.11).

⁴ The distinction between traits associated with masculinity and traits associated with femininity is not a value-neutral one. Instead, characteristics associated with masculinity are valued over characteristics associated with femininity in social and political life. Manliness is prized whereas femininity is undesirable (SJOBORG; VIA, 2010, p. 3).

⁵ It is important to emphasize that not all feminists think alike; the diversity in feminist scholarship is often not recognized by IR scholars (TICKNER, 2001, p. 12).

não apenas como as teóricas enxergam a origem e a perpetuação da subordinação de gênero, como também quais as maneiras consideradas mais efetivas para desmantelar esta estrutura.

Feministas liberais, por exemplo, não questionam a epistemologia fundamental proposta pelas Relações Internacionais. Consideradas pioneiras do movimento, estas teóricas trabalham com a noção de que a origem da desigualdade de gênero na arena internacional pode ser atribuída à composição das instituições que regem o mundo. Assim, aumentando a participação de mulheres em órgãos internacionais, no Estado, e em instituições tomadoras de decisões em geral, a distribuição assimétrica de poder será corrigida (KINSELLA, 2017).

Porém, apesar da sua contribuição inicial para o campo, a teoria feminista liberal é criticada duramente por seu modelo eurocêntrico de pensamento, além da presunção de neutralidade do Estado como mediador das situações de desigualdade. Uma miríade de demais interpretações surge para desafiar a concepção liberal.

Teorias como o feminismo radical e o feminismo psicanalítico surgiram em resposta. Introduzindo a ideia de que a opressão feminina abrange muito mais áreas do que apenas a institucional, cria-se a abertura para uma discussão muito mais profunda do que a teoria liberal propunha. Ambas trazem uma concepção de que as mulheres ao invés de aspirarem a serem iguais aos homens, devem celebrar suas diferenças. Estas teorias, porém, não passaram sem críticas. Vistas como essencialistas, as teóricas radicais e psicanalíticas foram acusadas de classificar a experiência de ser mulher como algo universal; não foi levado em consideração diferenças de classe, raça, época, entre outros. (TICKNER, 2001)

O feminismo crítico surge como uma das primeiras tentativas de recorte dentro da experiência feminina. Bebendo de conceitos marxistas e socialistas e explorando a dependência econômica das mulheres e a desigualdade na acumulação de capital entre gêneros, a opressão de classe e a opressão de gênero são expostas pela primeira vez como interdependentes. É neste segmento que surgem as discussões de trabalho pago e trabalho não pago, a dupla jornada das mulheres responsáveis pela casa e filhos, e a naturalização da experiência da mulher rica como um padrão seguido por todas (KINSELLA, 2017).

Já as teorias feministas pós-coloniais trazem ainda mais um elemento para a discussão: a raça/etnia. As experiências de mulheres de países colonizados

intersecciona a experiência imperialista e a experiência sexista. O feminismo pós-colonial reconhece que o discurso feminista é historicamente advindo de uma perspectiva ocidental e branca, assim excluindo as experiências diversas que mulheres enfrentam em países de Terceiro Mundo. Inserir esta dimensão colonial na análise também traz à tona a discussão de como o feminismo ocidental assemelha-se ao paternalismo intervencionista em seus esforços de “salvar” mulheres de países pobres. Esta vertente preocupa-se em trazer a voz de pessoas tradicionalmente marginalizadas para o centro do debate, reconhecendo que suas experiências e, portanto, suas preocupações, divergem do que é mostrado no mainstream como único (KINSELLA, 2017).

As teóricas feministas de Relações Internacionais, como um todo, também dedicam-se a explorar o papel da mulher na guerra. A disciplina de Relações Internacionais foi, em sua gênese, criada como um espaço para entender a guerra. A perspectiva feminista busca trazer ao centro desta discussão como as experiências das mulheres diferem da experiência masculina durante um conflito, evidenciando suas diferenças que, por muito tempo, foram ignoradas.

Mesmo com a inclusão de mulheres tanto como combatentes quanto como agentes de pacificação, a situação das mulheres na guerra não melhorou como o esperado. Sjoberg e Via (2010, p. 6, tradução nossa)⁶ argumentam que tal situação ocorre pois “[...] mulheres estão sendo integradas em um mundo que permanece definido e moldado pelos interesses e necessidades dos homens.” É objetivo da teoria feminista, portanto, identificar quais as dificuldades particulares enfrentadas pelas mulheres devido a sua condição. Spike Peterson (1999, apud SJOBERG; VIA, 2010) defende que, se toda a experiência é afetada pelo gênero, a análise de gênero é fundamental para entender as práticas políticas.

Contrariando a noção milenar de que os homens lutam as guerras para proteger os vulneráveis - este grupo incluindo majoritariamente mulheres e crianças, a teoria feminista de Relações Internacionais analisa como as mulheres acabam por ser as maiores vítimas em conflitos. Nos casos a serem analisados nesta monografia, as mulheres não foram apenas vítimas incidentais, e sim alvos deliberados a serem explorados. Tickner traz a seguinte reflexão:

⁶ [...] women are being integrated into a world that remains defined and shaped by men's interests and needs (SJOBERG; VIA, 2010, p. 6).

Feministas também chamaram atenção para a questão do estupro em tempos de guerra. Na guerra civil ruandesa, por exemplo, mais de 250.000 mulheres foram estupradas; como resultado, elas foram estigmatizadas e expulsas de suas comunidades, suas crianças sendo rotuladas como “crianças do diabo”. Sem serem classificadas como refugiadas, elas também foram ignoradas pelos esforços internacionais. (TICKNER, 2010, p. 50, tradução nossa)⁷

Assim, a autora chega à seguinte conclusão sobre esta faceta da opressão feminina em conflitos:

Como ilustrado pela guerra na ex-Iugoslávia, onde é estimado que vinte mil a trinta e cinco mil mulheres foram estupradas na Bósnia e Herzegovina, o estupro não é apenas um acidente de guerra, mas muitas vezes é uma estratégia militar sistemática. Em guerras étnicas, o estupro é utilizado como uma arma para enfraquecer a identidade de comunidades inteiras. (TICKNER, 2010, pg. 50, tradução nossa)⁸.

Considerando estes contornos etno-raciais dos conflitos em Ruanda e ex-Iugoslávia, é essencial que a análise feita seja não apenas feminista, como pós-colonial, com atenção especial aos recortes étnicos. O estupro em massa, característica em comum de ambos os conflitos, foi direcionado a mulheres da etnia considerada inferior. Posto isto, não significa que as mulheres do grupo ofensor não sofreram nenhum tipo de opressão; e sim que o processo de feminização e suas consequências foi mais severo devido a sua racialização.

Tendo em vista os objetivos estabelecidos para esta monografia, a teoria feminista de Relações Internacionais e os conceitos explorados pela mesma serão essenciais para a análise completa dos conflitos. As experiências díspares entre os gêneros durante os conflitos serão analisadas a partir de autoras como J. Ann Tickner, Catherine MacKinnon e Sherrie Rusell-Brown. O conceito e o histórico do estupro serão explorados a partir do trabalho de Susan Brownmiller.

⁷ Feministas também chamaram atenção para a questão do estupro em tempos de guerra. Na guerra civil ruandesa, por exemplo, mais de 250.000 mulheres foram estupradas; como resultado, elas foram estigmatizadas e expulsas de suas comunidades, suas crianças sendo rotuladas como “crianças do diabo”. Sem serem classificadas como refugiadas, elas também foram ignoradas pelos esforços internacionais.

⁸ As illustrated by the war in the former Yugoslavia, where it is estimated that twenty thousand to thirty-five thousand women were raped in Bosnia and Herzegovina, rape is not just an accident of war but often a systematic military strategy. In ethnic wars, rape is used as a weapon to undermine the identity of entire communities.(TICKNER, 2010, p. 50).

2.2. O CONCEITO DE SEGURANÇA HUMANA

Após a emergência das Novas Guerras no pós-Guerra Fria, o conceito de segurança tradicionalmente adotado pela vertente realista das Relações Internacionais não era mais suficientemente abrangente. As motivações e, conseqüentemente, a natureza das guerras não eram mais explicadas pela visão centrada no Estado como uma unidade indivisível.

Tickner (2001, p. 38, tradução nossa)⁹ traz que “Realistas definem segurança em termos políticos/militares como a proteção das fronteiras e integridade do Estado e seus valores contra perigos de um ambiente internacional hostil.” Assim, a unidade do Estado está em conflito com as demais, criando uma situação interestatal de animosidade.

O que se verifica após a dissolução da URSS é que os conflitos de caráter interestatal diminuem drasticamente. Isto não quer dizer, porém, que não existem mais conflitos no mundo, e sim que agora eles se dão de forma intra-estatal. Motivações como governos corruptos, pobreza, desigualdade e tensões étnicas passam a ser os catalisadores da guerra (TICKNER, 2001). Não é mais a segurança do Estado nacional que está em jogo, e sim a segurança dos indivíduos constituintes de um mesmo Estado (ACHARYA, 2017).

Tendo em vista esta nova realidade, surge uma demanda para uma redefinição do conceito de segurança, um mais abrangente e em sintonia com o contexto dos conflitos novos. O conceito de segurança humana propõe uma mudança de foco, do Estado para o Indivíduo (GAZIZULLIN, 2016).

Apesar de sua adoção para os estudos de segurança, o conceito foi introduzido inicialmente no escopo econômico. Dois economistas indianos, bebendo de sua experiência como moradores de um país que enfrenta um número de dificuldades internas, introduziram a teoria da segurança humana como um conceito de desenvolvimento (ACHARYA, 2017).

Porém, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ampliou o escopo do termo ao utilizá-lo em seu Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 1994. Na ocasião, a segurança humana foi ampliada para sete

⁹ Realists define security in political/military terms as the protection of the boundaries and integrity of the state and its values against the dangers of a hostile international environment (TICKNER, 2001, p. 38).

componentes: segurança econômica, segurança alimentar, segurança da saúde, segurança ambiental, segurança pessoal, segurança de comunidade, e segurança política (PNUD, 1994).

Questões de segurança sempre gozaram de um lugar privilegiado nas discussões de Relações Internacionais. Não apenas devido ao fato de que a disciplina em si formou-se a volta do conceito de segurança, como também graças ao foco mundial dado a ela em tempos de Guerra Fria. Discussões de segurança nacional eram, e em certo grau ainda são, consideradas a epítome da alta política (TICKNER, 2001). Assim, as experiências individuais e diversas que ocorrem durante um conflito intra-estatal não recebiam a devida atenção.

As discussões de segurança humana ganham mais força após conflitos como Iugoslávia, Ruanda e Somália (GAZIZULLIN, 2016). Estes conflitos comprovam a miríade de maneiras que o indivíduo pode ser vitimizado dentro de seu próprio Estado, e a igual importância que deve ser conferida à segurança humana. A adoção do termo pela PNUD foi fundamental para trazer o debate para os círculos mais altos de discussão.

O conceito de segurança humana pode ser dividido em duas facetas: *freedom from want*, e *freedom from fear*. O primeiro refere-se à proteção de preocupações não relacionadas ao âmbito militar (pobreza, mudanças climáticas, fome, etc.) Esta faceta é originária do objetivo inicial do conceito, voltado ao desenvolvimento econômico. O *freedom from want* trata não de situações de conflito belicoso, mas sim de situações que criam uma vulnerabilidade, esta que pode facilitar a emergência de conflitos (ACHARYA, 2017).

Já o *freedom from fear* encontra-se mais no escopo da nova interpretação da segurança durante os conflitos atuais. O *freedom from fear* advoga contra o uso de práticas de conflito como minas terrestres, limpeza étnica, estupro em massa, soldados infantis. O objetivo primário desta faceta é diminuir o custo humano da guerra, porém tem como objetivo final a construção de mecanismos de construção de paz duradouros (ACHARYA, 2017). Tanto o conceito de *freedom from want* quanto o conceito de *freedom from fear* são intrínsecos e deve-se trabalhar para atingir ambos.

A batalha pela paz precisa ser lutada em duas frentes. A primeira é a frente de segurança onde a vitória significa *freedom from fear*. A segunda é a frente econômica e social onde a vitória significa *freedom from want*.

Apenas a vitória em ambas as frentes pode assegurar ao mundo uma paz duradoura... Nenhuma provisão que pode ser escrita na Carta irá possibilitar que o Conselho de Segurança torne o mundo seguro da guerra se homens e mulheres não têm segurança em seus lares e trabalhos. (PNUD, 1994, p. 3, tradução nossa)¹⁰.

De acordo com o conceito, um país que está sujeito às mazelas descritas entra em um ciclo vicioso. A desigualdade (de gênero, classe, étnica), a pobreza, a corrupção e demais fatores levam ao subdesenvolvimento, que por sua vez fomenta conflitos internos e propensos a práticas violentas. A segurança humana procura lidar não apenas com as consequências belicosas em um conflito, mas também com o que tornou possível que estas situações fossem instauradas (ACHARYA, 2017).

A segurança humana, porém, sofreu e vem sofrendo duras críticas. Céticos em relação à teoria incluem autores como Roland Paris (2001, p. 88 apud ACHARYA, 2017, p. 484) que acreditam que, devido à abrangência do conceito, o mesmo se torna vago demais e, portanto, inútil para a formação concreta de políticas. Mesmo dentro daqueles que apoiam o uso do conceito, existem divergências entre qual deve ser a prioridade, e qual realmente se encaixa no escopo internacional de segurança (GAZIZULLIN, 2016) O valor da introdução da segurança humana na disciplina de Relações Internacionais se dá de tal maneira:

A Segurança Humana molda e fortalece as fundações morais, éticas e ideativas da política e eventualmente acelera os esforços multilaterais e humanitários da comunidade mundial. [...] Então, a relevância deste paradigma está em sua utilidade para estruturar soluções que são difíceis de elaborar e implementar nas concepções restritas dos realistas. (GAZIZULLIN, 2016, tradução nossa)¹¹.

Isto posto, a percepção da questão da segurança realista, dominante nos trabalhos referentes a conflitos, não é suficiente para o propósito desta monografia. Tanto a perspectiva feminista internacional quanto os adeptos da segurança humana buscam trazer para o centro do debate as experiências e demandas específicas de grupos antes marginalizados. Tais grupos - neste caso, mulheres Tutsi e não-sérvias

¹⁰ The battle of peace has to be fought on two fronts. The first is the security front where victory spells freedom from fear. The second is the economic and social front where victory means freedom from want. Only victory on both fronts can assure the world of an enduring peace.... No provisions that can be written into the Charter will enable the Security Council to make the world secure from war if men and women have no security in their homes and their jobs (PNUD, 1994, p. 3).

¹¹ Human security shapes and strengthens moral, ethical, and ideational foundations of politics and eventually accelerates multilateral, humanitarian efforts of the world community. [...] So, the relevance of this paradigm is in its usability to frame solutions which are hard to elaborate and implement in the strict realists' conceptions (GAZIZULLIN, 2016).

teriam suas particularidades ignoradas senão pela ressignificação do conceito de segurança e recorte de gênero proporcionado pela teoria feminista.

2.3 ETNIA E SEUS PROCESSOS

O último conceito a ser esclarecido para a discussão principal é o conceito de etnia. A discussão do significado sociológico da palavra vem sendo fonte de diversas correntes de pensamento através da história. A complexidade do assunto e a diversidade de experiências abarcadas pelo mesmo torna a criação de uma definição exaustiva uma tarefa que beira o impossível.

Para situações práticas e objetivas, etnia diz respeito a um grupo que compartilha de certas coisas em comum, como idioma, tradições culturais, características físicas, origem e ancestralidade (BHOPAL, 2004). Esta definição, porém, é demasiado simplista e exclui da análise o processo essencial de reconhecimento de etnia por parte das pessoas consideradas deste grupo, e por parte da sociedade em geral. Considerando a complexidade dos grupos étnicos que serão tratados no presente trabalho, esta discussão será central.

Como base, será utilizado o trabalho de Fredrik Barth, a partir das interpretações de Richard Jenkins (1994) e Wsevolod W. Isajiw (1992). Em sua coleção de artigos denominada *Ethnic Groups and Boundaries*, publicada em 1969, Barth se propôs a desafiar a noção vigente da época de que a formação de etnia era um processo totalmente orgânico, que ocorre em resposta a fatores isolados e naturais.

A abordagem primordialista não levava em conta o fato de que etnia é algo fluido. Os pensadores desta corrente consideravam que etnia era algo definido ao nascer, e que assim se mantinha permanentemente (ISAJIW 1992). Essa visão parte do princípio que os grupos étnicos se auto-definem sempre, em uma sucessão lógica de fatores. Esta interpretação foi aceita por anos, e hoje em dia é considerada obsoleta.

Barth traz para a discussão o caráter mutável das fronteiras entre grupos étnicos. Jenkins (1994) esclarece que:

Em vez disso, a etnia é definida situacionalmente, produzida no curso das transações sociais que ocorrem em ou através (e no processo ajudam a

constituir) a fronteira étnica em questão. Fronteiras étnicas são permeáveis, existindo apesar do fluxo de pessoas ou interações através deles; critérios de atribuição étnica e subscrição são variáveis em sua natureza e saliência. (JENKINS, 1994, p. 198, tradução nossa)¹².

Existe um foco dado para a categorização dos grupos étnicos. Além de como estes grupos se enxergam, entra na discussão como os outros enxergam estes grupos. Estas visões, apesar de serem frequentemente convergentes, podem vir a ser divergentes. Ou seja, um grupo de pessoas pode não identificar semelhanças entre si, mas serem considerados da mesma etnia por outros, e vice-versa.

Barth denomina estes processos de “definição externa” e “definição interna”. Esta definição externa tem um impacto profundo nas relações sociais, principalmente quando parte de uma figura

de autoridade. As fronteiras étnicas impostas por outros podem se tornar extremamente danosas, principalmente quando tais figuras de autoridade utilizam-se da coação para forçar a internalização destas identidades aos grupos afetados. Sobre isto, Richard Jenkins reforça: “Em especial, nós não devemos subestimar a capacidade de um grupo de pessoas de efetivamente definir ou constituir as condições de existências experienciadas por outro.” (1994, p. 217, tradução nossa)¹³.

Outro ponto inovador da abordagem subjetivista do conceito é a ideia de que a etnia é definida pela percepção de “nós” *versus* “eles”. O que Barth defende é que a criação da identidade étnica está justamente na diferenciação entre grupos, pois tão importante para um grupo étnico definir o que são, é definir o que não são. Em outras palavras, a etnia depende diretamente das interações e relações sociais para existir. Jenkins explica: “[...] etnia, a produção, reprodução e transformação das fronteiras sociais de grupos étnicos é um processo de duas mãos que ocorre através da fronteira entre ‘nós’ e ‘eles’” (1994, p. 199, tradução nossa)¹⁴.

Etnia é mais uma faceta que determina como um indivíduo ou grupo de indivíduos irá experienciar a vida em sociedade. Igualmente relevante como o que é

¹² Rather, ethnicity is situationally defined, produced in the course of social transactions that occur at or across (and in the process help to constitute) the ethnic boundary in question. Ethnic boundaries are permeable, existing despite the flow of personnel or interaction across them; criteria of ethnic ascription and subscription are variable in their nature and salience (JENKINS, 1994, p. 198).

¹³ In particular, we should not underestimate the capacity of one group of people to define effectively or to constitute the conditions of existence experienced by another (JENKINS, 1994, p. 217).

¹⁴ [...] ethnicity, the production, reproduction and transformation of the social boundaries of ethnic groups, is a two-way process that takes place across the boundary between 'us' and 'them' (JENKINS, 1994, p. 199).

o conceito de etnia em si é a formação dele. Justamente devido aos pontos previamente mencionados, a definição externa das fronteiras étnicas deve ser centralizada na discussão juntamente com a definição interna, pois uma não existe sem a outra.

A manutenção ou não das fronteiras étnicas não é um movimento ontológico. Trata-se de um processo dinâmico, podendo ser influenciado por uma série de fatores internos e externos ao grupo em questão. Além disso, tal processo pode ser instrumentalizado para fins sociopolíticos, como será exemplificado nos casos a serem analisados na presente monografia. O pertencimento a um grupo étnico deve ser compreendido como um fenômeno psicossocial, e todos seus aspectos devem ser incorporados para atingir uma análise relevante no contexto da sociedade.

3. CONFLITOS ABORDADOS

3.1 RUANDA

Ruanda é um país no Leste Africano com uma história marcada por disputas por poder e um sistema político instável. O genocídio e a consequente Guerra Civil de 1994 não podem ser analisados em sua totalidade sem levar em conta o passado da nação e seu histórico de tensões étnicas, exacerbadas pela presença colonial europeia.

O povo de Ruanda pode ser dividido entre três grupos étnicos principais: os Twa; os Tutsi; e os Hutu. Apesar de terem sido os primeiros na região, os Twa representavam em torno de 1% da população nos anos 1990. Enquanto isso, o restante era formado por Hutu (85% da população) e os Tutsi (14% da população) (BRITANNICA, c2020a).

A diferença entre os Hutu e os Tutsi diz respeito mais a sua origem do que a sua cultura. Ambos os grupos compartilham da mesma língua, mesma religião, e largamente dos mesmos costumes. Algumas diferenças físicas podem ser observadas entre os dois, porém anos de miscigenação tornaram esta linha mais tênue (BRITANNICA, c2020b).

Ao se estabelecerem na região, os Tutsi logo tornaram-se a elite social devido a sua habilidade e experiência com o pastoril, enquanto os Hutu e os Twa tiravam seu sustento exclusivamente da terra. Em pouco tempo, os Tutsi estabeleceram uma monarquia complexa, onde os Hutu trocavam sua servitude por empréstimos de gado e terra fértil (GLOBAL SECURITY, 2016).

Durante a colonização alemã, pouco mudou politicamente. Porém, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Bélgica assumiu a região. Reconhecendo a estabilidade do governo local, os belgas não se propuseram a mudá-lo, mas sim, a usá-lo como amortecedor da insatisfação da população (SURVIVORS FUND, c2020). Através dos Tutsi, os belgas instituíram pesados impostos e trabalho forçado, estimulando ainda mais a divisão étnica. Os postos no governo, o acesso à educação, e os melhores trabalhos eram reservados à elite governante, pois devido aos seus traços mais caucasóides, os Tutsi eram considerados superiores pelos belgas.

O apoio colonial ao domínio Tutsi foi fundamental para o crescimento do conflito étnico no país. Para melhor monitorar a população e garantir que apenas os Tutsi tivessem acesso à política e à educação superior, os belgas emitiram cartões de identidade que todos adultos eram obrigados a carregar, identificando-os como Tutsi, Hutu, ou Twas. Categorias que antes eram fluídas e largamente sobrepostas se tornaram rígidas e politicamente imutáveis (HRW, 1999).

Em 1959, a monarquia Tutsi foi derrubada por uma revolta Hutu, onde mais de 20 mil Tutsi foram mortos, e mais ainda fugiram para países vizinhos. O primeiro presidente eleito democraticamente foi o Hutu Gregoire Kayibanda, em 1961. O presidente instituiu um governo inteiramente composto por Hutu, mudando radicalmente a distribuição de poder interno. Mesmo assim, a população estava insatisfeita com a ineficácia e a corrupção dentro do governo, e um golpe militar em julho de 1973 colocou Major General Juvenal Habyarimana no presidência do país, consolidando a presença Hutu no poder. Habyarimana dissolveu a assembleia nacional e qualquer atividade política, sendo reeleito em 1983 e em 1988 como o único candidato (GLOBAL SECURITY, 2016).

Em 1990, a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) - composta majoritariamente por Tutsi que haviam migrado de Ruanda devido à perseguição sofrida durante o início dos anos 1960 - invadiu o país a partir de sua base em Uganda. O grupo criticava o governo por não atender as demandas dos milhares de Tutsi tanto dentro do país quanto fora, além de cobrar a democratização do sistema político ruandês.

A guerra civil entre a FPR e as Forças Armadas Ruandesas (FAR) seguiu por dois anos. O presidente Habyarimana utilizou-se da situação para promover um discurso extremista Hutu, culpando os Tutsi pela situação econômica do país - que não estava favorável devido à queda de preços do café e a desvalorização da moeda nacional. Após um cessar-fogo em 1991 e subseqüentes negociações entre o governo e a FPR, um acordo foi assinado por ambas as partes em 1993, em Arusha. Este acordo tratava de demandas como divisão de poder, democratização do sistema, repatriação de refugiados Tutsi, e a criação de um governo de transição que incluísse a FPR (SURVIVORS FUND, c2020).

É importante frisar, porém, que enquanto as negociações ocorriam, as milícias Hutu formadas durante o conflito seguiam nutrindo seus ideais violentos. Estes grupos violentos eram formados por civis, encorajados pela mídia e, anteriormente aos acordos, pelo próprio governo. Esta situação, combinada com a

conjuntura econômica desfavorável, contribuiu para que o clima de descontentamento geral não fosse aplacado pelas tentativas diplomáticas de Habyarimana (HRW, 1999).

Em 6 de abril de 1994, os presidentes de Ruanda e Burundi sobrevoavam Kigali, a capital ruandesa, em um avião particular quando foram abatidos. Não houve sobreviventes do ataque. O crime nunca foi assumido por nenhum grupo, e acusações foram feitas tanto alegando que seria uma obra de Hutu descontentes no governo, quanto extremistas da FPR.

O efeito da morte do presidente foi quase imediato. No dia seguinte à queda do avião, a Primeira Ministra Hutu Agathe Uwilingiyimana foi assassinada, assim como diversos outros Hutu moderados e Tutsis que faziam parte do governo. Assim, criou-se um vácuo político, onde se estabeleceu rapidamente um governo interino de Hutu extremistas. Em 9 de abril, o cenário nacional estava completamente modificado (BRITANNICA, c2020b).

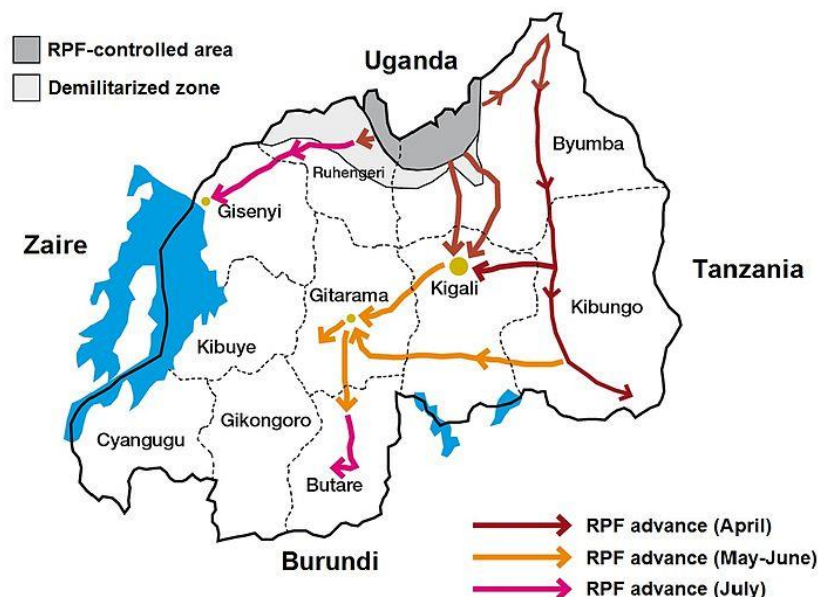
O exército nacional, juntamente com as milícias (*Interahamwe* e *Impuzamugambi*) foram os atores centrais do genocídio. A estimativa é de que 200 mil Hutu tenham participado ativamente do genocídio, mesmo contra sua vontade. Existia um esforço massivo, tanto por parte das forças armadas quanto por parte de programas de rádio, para incentivar a matança. Os Tutsi eram chamados de “baratas” que deveriam ser exterminadas. Incentivos econômicos, como comida e terra, eram oferecidos pelo exército para os Hutu que participassem do genocídio (RWANDA...2011).

Estradas foram fechadas e militares foram enviados para todo o país, fazendo com que a violência extrapolasse o limite de Kigali rapidamente. Os métodos utilizados pelos Hutu eram extremamente brutais, e facções ficaram conhecidos como a arma principal utilizada. Hospitais e igrejas onde Tutsi se refugiavam eram bombardeados. (ABDIKADIR et al., 2016)

O esforço contra o novo governo partiu quase que inteiramente da FPR. A presença internacional foi praticamente nula durante o genocídio, e importantes organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) falharam em coibir o genocídio. A Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR), que contava com 2500 tropas no país, foi reduzida para 270 tropas no final de Abril, quando a população Tutsi mais precisava de apoio. Uma operação francesa, apoiada pela ONU, foi enviada para Ruanda em 22 de junho. A

FPR, porém, não considerava legítima a ajuda, pois os franceses haviam apoiado o regime Hutu anteriormente. (EPW ENGAGE2020).

Figura 1 - RPF advance Rwandan Genocide 1994



Fonte: Wikimidias. Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:RPF_advance_Rwandan_Genocide_1994.jpg>.

Acesso em: 14 out. 2020

A FPR conseguiu dominar a maioria do país eventualmente, tomando Kigali em 4 de Julho. Foi estabelecido um governo de transição em 19 de Julho, com um presidente Hutu e um vice-presidente Tutsi, líder da FPR. Esta coalizão foi inspirada pelo modelo de divisão de poder proposto nos Acordos de Arusha. Os líderes do genocídio e extremistas Hutu fugiram para os países vizinhos, tentando evitar perseguição e represálias. O partido de Habyarimana foi considerado ilegal. (BRITANNICA, c2020b)

O genocídio durou em torno de 100 dias. Mesmo em tão pouco tempo, o número de vítimas foi avassalador: mais de um milhão de mortos, dos quais 93.6% eram Tutsi (ABDIKADIR et al., 2016) . Ainda hoje, os números continuam sendo

atualizados, devido a descobertas de mais valas comuns pelo país. A crueldade com que o genocídio foi realizado é outro ponto marcante do caso.

A comunidade internacional, tentando compensar sua omissão durante o genocídio, estabeleceu o Tribunal Penal Internacional para Ruanda, em outubro de 1994. O Tribunal responsabilizou-se por julgar e penalizar os líderes do genocídio. Também foi entre os primeiros a reconhecer o estupro em massa como forma de genocídio, processando por crimes de guerra quem estava envolvido. No total, 93 pessoas foram indiciadas por participarem, organizarem e incentivarem o genocídio. O Tribunal fechou oficialmente em 31 de dezembro de 2015 (UNICTR, 2015?)

Ruanda passou por uma recuperação lenta e gradual, tomando como base certas reformas importantes. A bandeira e o hino nacional, fortemente associados ao nacionalismo Hutu, foram mudados. A constituição promulgada em 2003 proíbe qualquer tipo de reconhecimento oficial de etnia. (HISTORY, 2009 atual. 2019)

Apesar disso, o conflito causado pelos Hutu seguiu por mais alguns anos, ultrapassando as fronteiras nacionais. Em torno de 2 milhões de Hutu envolvidos no genocídio fugiram para a República Democrática do Congo (RDC), onde foram acolhidos como refugiados. Isto causou enorme atrito entre Ruanda e Congo, pois o governo ruandês buscava a repatriação dos Hutu para serem julgados por seus crimes. Ruanda, apoiada por Uganda, invadiu o país em duas ocasiões (1996 e 1998) na tentativa de combater os Hutu. Em 2002, sete anos após o início destes atritos, os dois governos concordaram em cooperar para desarmar as milícias Hutu ainda ativas, e o exército ruandês foi retirado oficialmente da RDC. Um acordo de paz oficial foi assinado entre as duas nações em 2007. (BRITANNICA, c2020b).

3.2 BÓSNIA E HERZEGOVINA

A Iugoslávia foi um país na região dos Balcãs que existiu através dos anos com diversos nomes e composições. Inicialmente estabelecido em 1918 com o nome de Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, foi renomeado como Reino da Iugoslávia em 1929. Após a invasão pelos países do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial, um governo comunista foi instaurado em 1946, e o Reino da Iugoslávia tornou-se a República Popular Federativa da Iugoslávia. Em 1963, o país passou por ainda mais uma mudança de nome, e consolidou-se internacionalmente como República Socialista Federativa da Iugoslávia. (LUMEN LEARNING, 2020?)

O país foi organizado em seis repúblicas federais: Sérvia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Eslovênia, Macedônia e Montenegro. As seis repúblicas eram lideradas por Josip Broz Tito. Tito buscava unir o povo iugoslavo em uma só identidade, utilizando o lema “*unity and brotherhood*” (SVEEN, 2017). Josip Tito faleceu em 1980. Sua morte, em combinação com a insatisfação econômica e o declínio do regime comunista criaram um vácuo de poder na região, no qual partidos independentes se desenvolveram (BRITANNICA, c2020c).

Figura 2 - A fragmentação da Iugoslávia



Fonte: Canal do Educador. Disponível em:

<https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/a-fragmentacao-iugoslavia.htm>.

Acesso em: 5 out. 2020.

A população na Bósnia e Herzegovina podia ser separada em três grupos étnicos principais: 44% bósnios muçulmanos, 31% sérvios, e 17% croatas. As eleições em 1990 estabeleceram um governo de coalizão entre três partidos representando os três grupos, liderados pelo presidente bósnio Alija Izetbegovic. (HISTORY, 2009 atual. 2019b) Em 1991, Croácia e Eslovênia declararam independência da Iugoslávia. A partir disto, a cooperação com o partido sérvio dentro da Bósnia tornou-se difícil. Regiões bósnias com grande população sérvia foram declaradas unilateralmente como “regiões autônomas sérvias”, e o partido sérvio iniciou um boicote aos eventos do governo de coalizão. (BRITANNICA, c2020c)

O líder do partido sérvio na Bósnia, Radovan Karadzic, era encorajado pelo presidente da Sérvia, Slobodan Milosevic. Milosevic subiu ao poder em 1986, utilizando-se de um discurso profundamente nacionalista. O presidente incitava conflitos entre os muçulmanos, os sérvios e os croatas, e propagava um discurso purista, encorajando o estabelecimento de uma Grande Sérvia. As ações de Karadzic na Bósnia tinham total apoio de Milosevic, e seguiam o mesmo discurso (BRAMLETT, 2018)

A Bósnia estava em uma situação delicada. Cercada pela Sérvia e pela Croácia, onde ocorria uma invasão do exército iugoslavo (composto majoritariamente por sérvios), estava em uma posição vulnerável, tanto geograficamente quanto politicamente. Além disso, os presidentes da Croácia e da Sérvia haviam conversado secretamente, considerando dividir o território bósnio entre ambos (ICTY200-?). Mesmo assim, em março de 1992, a independência da Bósnia e Herzegovina foi decidida através de um referendo. Tal referendo foi boicotado pelos sérvios, porém entre a população que de fato compareceu, mais de 90% votaram a favor da separação (LUMEN LEARNING, 2020?)

A Comunidade Europeia (hoje União Europeia) tentou, sem sucesso, intermediar negociações entre os partidos para dividir o território em cantões, porém cada versão do plano era recusada por um líder diferente. Em 18 de março de 1992, os três representantes principais assinaram o Acordo de Lisboa, que dividia o território entre bósnios, sérvios e croatas. Porém, pouco mais de uma semana depois, Karadzic retirou sua assinatura. (LUMEN LEARNING, 2020?)

Apenas dois dias após o reconhecimento da independência bósnia por parte da Comunidade Europeia e dos Estados Unidos, o partido sérvio lançou uma ofensiva contra Sarajevo, a capital da Bósnia e Herzegovina. (BRAMLETT, 2018) Os esforços combinados de grupos paramilitares, do exército sérvio e do exército iugoslavo dominaram dois terços do território em seis semanas. As cidades dominadas pelos sérvios eram saqueadas e queimadas. Os bósnios muçulmanos foram expulsos de suas casas e submetidos a violências extremas. Os homens eram levados à campos de detenção, e mulheres eram sistematicamente violentadas. (LUMEN LEARNING, 2020?)

Considerando a relação instável entre os bósnios, os sérvios e os croatas, a guerra contou com diversos atores e lealdades inconstantes. Isto é verdade particularmente no caso da aliança entre os croatas e os bósnios. Em 1992, as

forças croatas e bósnias aliaram-se após a retirada oficial do exército iugoslavo. Porém, apesar da cooperação militar, a cooperação política entre os líderes não estava no mesmo nível. O líder bósnio negou a iniciativa de estabelecer uma confederação entre Bósnia e Croácia. Isto causou com que o líder croata estabelecesse “comunidades croatas” dentro da Bósnia, seguindo os modelos das Regiões Autônomas Sérvias (chamadas oficialmente de República Srpska desde agosto de 1992). (ANGHEL, 2000)

O governo bósnio declarou tais comunidades ilegais, e gerou uma série de conflitos entre os ex-aliados. Isto deu uma vantagem significativa para os sérvios, que conseguiram avançar ainda mais. Lutando em duas frentes, em menor número e com menos poderio militar, a Bósnia Herzegovina ainda se encontrava geograficamente cercada e sem possibilidade de importar mantimentos e armas. Durante 1993, a ONU propôs diversos acordos de paz, todos sumariamente rejeitados pelos sérvios. Após a rejeição do acordo Vance-Owen, a disputa pelo território não ocupado pelos sérvios piorou. (LUMEN LEARNING, 2020?)

A intervenção internacional vinha se mostrando ineficaz. O mandato da Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR), mesmo ampliado, não conseguia implementar as decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Medidas como a proibição de voos militares em território bósnio eram ignoradas, e o envio de ajuda humanitária era insuficiente. Em 1993, a ONU estabeleceu algumas “zonas seguras” no país, e autorizou o uso de força para protegê-las. Tais zonas eram: Tuzla, Zepa, Goradze, Bihac e Srebrenica. Ademais, o CSNU votou e permitiu o uso de ataques aéreos por parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para garantir a proibição de voos. (ANGHEL, 2000)

No início de 1994, os líderes dos bósnio-croatas e dos bósnios muçulmanos assinaram um acordo de cessar-fogo e estabeleceram em conjunto a Federação da Bósnia e Herzegovina. Com o uso de ambas as forças, os sérvios perderam vários quilômetros de território, mas continuavam a atacar as zonas seguras, inclusive tomando Goradze em abril de 1994. As assimetrias militares entre os lados haviam sido diminuídas, mas não eliminadas, e a guerra encontrava-se em um impasse (ANGHEL, 2000; LUMEN LEARNING, 2020?)

Os sérvios e a Federação da Bósnia e Herzegovina assinaram um cessar-fogo de quatro meses no final de 1994. Porém, assim que o acordo expirou, os conflitos foram retomados. Durante 1995, ambos os lados tiveram conquistas e

derrotas militares. O clímax aconteceu quando, em 11 de julho de 1995, os sérvios tomaram Srebrenica, outra das zonas seguras estabelecidas pela ONU. (ANGHEL, 2020) Em um massacre que entrou para a história, em torno de oito mil homens muçulmanos foram assassinados, enquanto vinte mil mulheres e crianças muçulmanas foram levadas para áreas seguras pelos próprios sérvios, após muitas serem estupradas (MOCKAITIS, 2020)

Este massacre, combinado com mais um ataque fatal na capital Sarajevo, foram essenciais para trazer intervenção externa efetiva. Sarajevo estava em um cerco desde 1992, onde civis eram privados de receberem mantimentos e eram deliberadamente mortos, bombardeados e violentados. Um ataque em um mercado movimentado deixou 37 mortos e 88 feridos. A operação da OTAN Deliberate Force (Força Deliberada, em tradução livre) em combinação com a ofensiva bósnia e croata, asseguraram território e destruíram munições e a defesa aérea sérvia. Enfraquecidos, os sérvios aceitaram retomar as negociações de paz. (ANGHES, 2000)

O Acordo de Dayton foi assinado em dezembro de 1995. Este acordo dividia o território entre a Federação da Bósnia Herzegovina, composta pelos croatas e bósnios muçulmanos, e a República Srpska, composta pelos bósnio-sérvios. O território ficou dividido com 51% para a Bósnia Herzegovina, e 49% para a República Srpska. Além disso, foram discutidos aspectos como uma nova constituição e promoção de Direitos Humanos, além da repatriação de refugiados. (OSCE, 1995) A guerra acabou oficialmente em 1995, deixando em torno de 100 mil mortos, porém o cerco de Sarajevo só foi suspenso em fevereiro de 1996.

É importante frisar que, apesar de entidades separadas e com uma autonomia significativa, a República Srpska não é um país, e sim parte da Bósnia e Herzegovina. A nível federal, uma presidência tripartite (composta por um líder de cada etnia) decide assuntos militares, relações exteriores, imigração e política fiscal e monetária. A nível de entidade são estabelecidos assuntos como educação, saúde, agricultura, trabalho, força policial, entre outros. Ambas as entidades possuem um Primeiro Ministro. A Federação ainda é dividida em dez cantões, que também têm certa autonomia administrativa (DZIDIC; JUKIC; NARDELLI, 2014)

O Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia foi estabelecido em 1993, e dissolvido em 2017. Durante seu mandato, julgou não apenas os crimes ocorridos durante a guerra da Bósnia, e sim de todos os conflitos ocorridos em

território iugoslavo desde 1991. No total, 90 criminosos foram indiciados, entre eles Radovan Karadzic. Slobodan Milosevic também foi indiciado, porém faleceu antes de ser julgado. O principal general do exército sérvio, Ratko Mladic, conhecido como “o açougueiro dos balcãs”, ainda apela sua sentença no Mecanismo Internacional Residual para os Tribunais Penais. (ICTY, 200-?)

Bósnia e Herzegovina ainda é um país etnicamente dividido. A guerra segue sendo um assunto delicado, e cada lado defende uma versão dos fatos diferente. Representantes bósnios e croatas acreditam não ter se tratado de uma guerra civil, e sim de um ato de agressão deliberado por parte dos sérvios, enquanto a narrativa internacional classificou a guerra como um conflito internacional. Apesar de ser um assunto pouco tratado nas escolas e passado para as gerações que não vivenciaram os eventos, a guerra ainda marca o país de forma profunda, tanto política e socialmente. (DZIDIC, 2014)

4. ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA

4.1 O CRIME DE ESTUPRO

O estupro, apesar de ser um tema controverso e o centro de muitas discussões polêmicas, tem uma definição bastante objetiva. Susan Brownmiller (1975) explica: a partir do momento que a mulher (ou homem) escolhe não ter relações sexuais, e o perpetrador decide prosseguir mesmo assim, isto caracteriza-se como estupro. Mesmo sendo um conceito simples *per se*, a definição legal ao longo da história raramente convergiu com a supracitada.

Por causa da falta de documentação e relatos escritos, é difícil dizer quando ocorreu o primeiro estupro. Brownmiller (1975) teoriza que, assim que o primeiro homem descobriu que possuía a capacidade de estuprar, ainda na Pré-História, ele prosseguiu com isto. Relatos de estupro podem ser encontrados em diversas fontes ao redor do mundo: a Bíblia, a Ilíada de Homero, o Código de Hamurabi, peças de Shakespeare. O próprio mito de fundação de Roma envolve um estupro. (PEREIRA; CAVALCANTI, 2015)

Em todos estes documentos, é possível analisar um padrão que é perpetuado até hoje em certas regiões do mundo: o estupro era considerado um crime não por causa da violência contra a mulher, mas sim, como um crime contra propriedade. A mulher era considerada propriedade do homem, seja de seu pai, seja de seu marido. Violar o corpo de uma mulher, aos olhos da lei e dos costumes, tinha o mesmo impacto do que invadir uma propriedade, e o dono da mesma que recebia a compensação.

Em alguns casos, o estuprador era forçado a casar-se com a mulher que havia violentado, pois ao tirar sua virgindade, tornou-a imprópria para casar com qualquer outro. Em outras situações, a mulher era considerada tão culpada pelo estupro quanto o homem, passível de pena de morte para ambos. (RUSSELL-BROWN, 2003).

Foi a partir do reinado de Edward I, na Inglaterra, que o estupro começou a ser considerado um crime contra a mulher, e mais especificamente, de jurisdição do Estado. O Primeiro Estatuto de Westminster, de 1275, estabelecia que, caso a família da mulher violentada não processasse o agressor em 40 dias, era responsabilidade da Coroa buscar a punição. É claro que, na prática, a lei não

funcionava tão bem quanto se propunha, mas este acontecimento marca o início da ideia de que a segurança da mulher é um problema também para a esfera pública, e não só uma situação a ser resolvida na esfera privada. (BROWNMILLER, 1975).

No que diz respeito ao uso do estupro na guerra, podemos identificar que as motivações que levam as mulheres a serem os alvos ainda bebem diretamente de conceitos de propriedade privada e conquista de territórios. A violação das mulheres durante conflitos foi vista por muito tempo (e, em certo nível, ainda é) como uma consequência inevitável da guerra. Mulheres eram tomadas como espólios de vitória na Antiguidade, ou violentadas com o objetivo de atacar a honra e a propriedade dos homens responsáveis pelas mesmas.

Shanks (2000 apud MUKAMANA; BRYSIWICZ, 2008) traz o ponto de que a efetividade do uso do estupro durante um conflito depende justamente desta concepção do corpo feminino como propriedade, e de conceitos como virgindade e pureza. É a partir desta noção que o ataque às mulheres é entendido como um ataque à nação (ou qualquer que seja o grupo que esteja sendo atacado).

Existem quatro teorias principais que tentam explicar o acontecimento do estupro na guerra atualmente. Marie-Eve Hamel sumariza em seu artigo de 2016:

Estupro em tempo de guerra é atualmente explicado por quatro teorias principais: a teoria feminista, a teoria da patologia cultural, a teoria biosocial e a teoria do estupro estratégico (Gottschall 2004). Primeiro, a teoria feminista foi desenvolvida por acadêmicas como Susan Brownmiller (1975), que sugeriu que o estupro em tempo de guerra é um crime perpetrado por homens contra mulheres a fim de manter mulheres em um estado de medo e subordinação. Segundo, a teoria da patologia cultural (Chang 1997; MacKinnon 1994; Rosenman 2000) argumenta que o estupro e tempo de guerra pode ser compreendido ao olhar para o desenvolvimento da cultura da nação através da história, a fim de determinar os fatores que levam à uma cultura de violência contra mulheres. A teoria biosocial (Ghiglieri 2000; Thornhill e Palmer 2000) em contraste, se afasta de fatores culturais e argumenta que o estupro em tempos de guerra é motivado pelo desejo sexual individual. De acordo com esta teoria, soldados envolvem-se em atos de violência sexual para satisfazer suas necessidades individuais ou como uma recompensa para seus atos. Finalmente, a teoria do estupro estratégico (Allen 1996; Littlewood 1997; Thomas e Regan 1994) sugere que a violência sexual é usada como arma para atingir certos objetivos em conflitos armados, como a humilhação e destruição da cultura do grupo inimigo ao visar a identidade da vítima (Mertus 2000; Skjelsbaek 2012). (HAMEL, 2016, p. 290, tradução nossa).¹⁵

¹⁵ Wartime rape is currently explained by four leading theories: the feminist theory, the cultural pathology theory, the biosocial theory and the strategic rape theory (Gottschall 2004). First, the feminist theory was developed by scholars such as Susan Brownmiller (1975), who suggested that wartime rape is a crime perpetuated by men against women in order to keep women in a state of fear

Em certo nível, todas estas teorias estão corretas. Todas as quatro motivações oferecidas podem ser observadas em diferentes contextos e localidades, e uma não exclui a outra de ser verdadeira no mesmo conflito. É durante as chamadas Novas Guerras que vemos a prevalência do uso do estupro como estratégia militar deliberada. A partir destes acontecimentos, torna-se impossível classificar o estupro como apenas acidente de guerra. Apesar de ser nas Novas Guerras que a discussão tornou-se inevitável, o estupro militarizado pode ser identificado desde a Primeira Guerra Mundial. (BROWNMILLER, 1975).

4.2 CASOS ANALISADOS

Os casos analisados a seguir apresentam semelhanças e diferenças em sua execução, porém a convergência de motivações por trás dos atos é inegável. Apesar do caso da Bósnia receber mais atenção internacional, tanto na época como agora, Ruanda serve como exemplo do uso do estupro como arma de guerra tanto quanto o conflito nos Balcãs.

4.2.1 BÓSNIA-HERZEGOVINA

Na Bósnia-Herzegovina, o número de vítimas de estupro foi entre 20 mil e 60 mil vítimas, de acordo com estimativas oficiais. As mulheres eram buscadas em casa e levadas para campos de estupro, onde passavam meses sendo violadas. Líderes do conflito negam que haviam ordens explícitas para que as violações fossem cometidas, mas relatos de sobreviventes e similaridades entre os 17 campos identificados provam o contrário. (OLIVEIRA; JÚNIOR, 2019).

No caso bósnio, apesar dos estupros serem cometidos por todos os lados do conflito, foram os sérvios que utilizaram esta estratégia em massa. As mulheres croatas e bósnio-muçulmanas eram violentadas na rua, em suas casas, ou levadas

and subordination. Second, the cultural pathology theory (Chang 1997; MacKinnon 1994; Rosenman 2000) argues that wartime rape can be understood by looking at the development of the nation's culture throughout history in order to determine the factors that lead to a culture of violence against women. The biosocial theory (Ghiglieri 2000; Thornhill and Palmer 2000), in contrast, moves away from cultural factors to argue that wartime rape is motivated by individual sexual desire. According to this latter theory, soldiers engage in acts of sexual violence to respond to their individual needs or as a reward for their acts. Finally, strategic rape theory (Allen 1996; Littlewood 1997; Thomas and Regan 1994) suggests that sexual violence is used as a weapon of war to accomplish certain objectives in armed conflicts, such as humiliating and destroying the culture of the enemy group by targeting the victim's identity (Mertus 2000; Skjelsbaek 2012). (HAMEL, 2016, p. 290).

a um dos campos utilizados. Em 1992, entre 2000 e 2500 mulheres foram mantidas em um dos campos em Doboj, e este é apenas um dos muitos exemplos. (SCHARLACH, 2000).

Os campos eram montados em hotéis, escolas, armazéns e serrarias. Às vezes, as vítimas eram levadas para a linha de frente do combate para servirem aos soldados, onde os abusos eram piores ainda. Outras vezes, era requisitado que servissem aos soldados como escravas sexuais, sendo mantidas ao dispor deles após combates. (OLIVEIRA; JÚNIOR, 2019).

Por causa das características de limpeza étnica do conflito, os sérvios tinham um objetivo muito específico ao estuprar estas mulheres: a gravidez. As mulheres eram violentadas repetidamente até que engravidassem, e mantidas em detenção até que o aborto fosse impossível. Os soldados frequentemente anunciavam em voz alta para suas vítimas as suas intenções de as engravidarem. (SCHARLACH, 2000).

A cultura local da região da ex-Iugoslávia era extremamente patriarcal e patrilinear. Isto quer dizer que, em termos de genealogia, a crença era de que a etnia de uma criança era definida pela etnia do seu pai. Mesmo isto não sendo biologicamente correto, era este conceito que impulsionava a ação dos sérvios. (HAMEL, 2016).

Justamente por causa desta concepção, a estratégia era extremamente bem-sucedida. Na medida em que o objetivo era diluir a concentração das outras etnias, não era apenas a nova criança gerada que contribuía para tal; a mulher violentada, caso sobrevivesse, era rechaçada e excluída pela própria comunidade. Assim, a mesma não seria mais capaz de casar e gerar filhos da etnia “rival”. (RUSSELL-BROWN, 2003). Cada estupro produzia pelo menos dois párias sociais, em uma violência multigeracional.

Além disso, outra construção social essencial para entender os eventos é a identidade do sérvio ideal. O discurso da época fomentava um nacionalismo heterossexual, masculino, constantemente agressivo e dominador. E isto é estimulado pela feminização do inimigo, tanto pelo estupro quanto pela exposição das mulheres em frente aos seus parentes. (HAGUE, 1997 apud LENTIN, 1999).

Uma mulher idosa de Mijlan disse que, na terceira noite, a polícia entrou na casa de Avdi T., iluminando com uma lanterna os rostos das mulheres, muitas das quais estavam tentando cobrir suas cabeças com seus lenços. Eles encontraram uma mulher e disseram ‘você vem conosco’. Ela voltou aproximadamente duas horas depois e, quando questionada sobre o que

aconteceu, disse ‘não me pergunte nada’ (B.a.B.e Women’s Human Rights Group, Zagreb, 1999 apud LENTIN, 1999, p. 7, tradução nossa).¹⁶

A atenção da mídia para o caso da Bósnia-Herzegovina foi considerável. Imagens e relatos gráficos de vítimas foram usados internacionalmente para gerar choque e indignação. Esta narrativa foi usada, inclusive, para legitimar a intervenção por parte da OTAN. (LENTIN, 1999).

A visibilidade destas atrocidades contra mulheres foi mal utilizada muitas vezes. A mídia estava sedenta por sangue em relação à Bósnia: crianças pálidas dos porões de Sarajevo seguidas por homens fantasmagóricos de Manjaca e outros campos de detenção eram “apimentadas” por fotos e testemunhos de mulheres estupradas, todos alimentando a fome do público por um dia ou dois. (BORIC, 1997, p. 39 apud LENTIN, 1999, p. 8, tradução nossa)¹⁷

4.2.2 RUANDA

Na Guerra Civil de Ruanda, a situação teve diferenças em relação ao caso da Bósnia. Começando pelo número de vítimas exponencialmente maior, durante um tempo consideravelmente menor. O conflito, que durou pouco mais de três meses, deixou entre 250 mil e 500 mil vítimas de estupro.

As mulheres atacadas eram majoritariamente Tutsi, porém mulheres Hutu que tivessem alguma relação com os Tutsi também eram submetidas aos estupros. Apesar de não haver campos organizados de estupro, esta violência era abertamente encorajada mesmo antes do genocídio, através de programas de rádio e jornais. (HRW, 1996).

O ódio contra as mulheres Tutsi assumia contornos diferentes do que o ódio contra a etnia em geral. As mulheres Tutsi eram consideradas mais bonitas, mais sensuais, e inatingíveis pelos homens Hutu. Estas mulheres eram alvos de todo tipo de estereótipos criados com o objetivo de fomentar ainda mais a violência sexual. De acordo com o jornal *Kangura*, um dos veículos principais de disseminação de

¹⁶ One elderly woman from Mijlan said that, on the third night, the police entered the house of Avdi T., shining a flashlight in the faces of the women, many of whom were trying to cover their heads with their scarves. They found one woman and said, ‘you come with us.’ She returned, approximately two hours later and, when asked what happened, said, ‘don’t ask me anything’ (B.a.B.e Women’s Human Rights Group, Zagreb, 1999 apud LENTIN, 1999, p. 7).

¹⁷ The visibility of the atrocities against women was misused many times. The media was bloodthirsty in relation to Bosnia: pale children from Sarajevo’s basements followed by ghostly men from Manjaca and other detention camps, were “spiced” by pictures and testimonies of raped women, all feeding the public’s hunger for a day or two. (BORIC, 1997, p. 39 apud LENTIN, 1999, p. 8)

violência étnica, as mulheres Tutsi eram espiãs, sempre agindo em benefício dos Tutsi. Eram traidoras, dissimuladas, orgulhosas, e arrogantes. (HRW, 1996).

Este discurso especificamente voltado para as mulheres contribuiu para que os abusos cometidos tivessem requintes de crueldade nunca antes vistos - ou, pelo menos, nunca antes tão bem documentados. Além disso, a narrativa de que as mulheres Tutsi eram superiores aos homens Hutu fazia com que estes homens acreditassem que, em uma situação pacífica, eles nunca teriam a oportunidade de ter relações sexuais com estas mulheres. Assim, diversas vítimas relatam que seus estupradores falavam sobre querer experimentar as mulheres Tutsi, ver quais eram as diferenças entre elas e as Hutu, e acabar com seu orgulho. (HRW, 1996).

Esta noção de que as Tutsi se sentiam superiores levou também a diversas humilhações públicas. Estas humilhações tinham um objetivo duplo: degradar a imagem da vítima e evidenciar para os homens encarregados de protegê-la que eles estavam sem opções.

Devido a este ódio profundo, os estupros em Ruanda tinham como objetivo a destruição psicológica e física das mulheres atacadas. Algumas mulheres eram mantidas como escravas sexuais durante longos períodos de tempo, sendo abusadas repetidamente, e com crescente brutalidade. Deste modo, a morte era quase inevitável, fosse pela inserção de objetos cortantes na vagina, ou pelo choque físico causado pela frequência dos estupros. Para alguns homens, era oferecida a possibilidade de pagar por uma morte mais rápida. Para as mulheres, quanto mais longo o processo, mais bem-sucedido ele era considerado. (RUSSELL-BROWN, 2003).

Uma particularidade do caso de Ruanda foi a disseminação proposital do HIV. Os detalhes da doença eram ainda desconhecidos, mas sabia-se que era fatal. Assim, líderes Hutu criaram “esquadrões de estupro”, formados por pacientes hospitalares, usuários de drogas e moradores de rua que estavam infectados com o vírus. Uma em cada quatro vítimas contraíram HIV, e o índice de mortalidade pelo vírus chegou a 60%. (BHALLA, 2019).

Assim como a política de gravidez forçada era uma característica distinta do estupro como genocídio na ex-Iugoslávia, a transmissão deliberada de HIV era um componente único do estupro como genocídio em Ruanda. Sobreviventes reportam que homens Hutu diagnosticados com HIV estupravam mulheres Tutsi durante a guerra civil, e depois diziam às

mulheres que elas iriam morrer lenta e exaustivamente de AIDS. (UNHCR, 1998, p. 18 apud SCHARLACH, 2000, p. 99, tradução nossa)¹⁸

4.2.3 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DOS CASOS

Tanto a cultura ruandesa quanto a cultura bósnia eram (e em grande parte ainda são) pautadas por valores patriarcais e machistas. Em ambos os contextos sociais, o papel da mulher era bem definido: cuidar do lar, servir ao marido, gerar filhos. A castidade e a virgindade eram sobrevalorizadas e consideradas marcadores do valor de uma mulher. Relações sexuais fora do casamento, mesmo que não consensuais, “arruinavam” uma mulher. O efeito alienante era certo em ambos os casos. (HAMEL, 2016) (HRW, 1996)

O objetivo da limpeza étnica estava presente tanto na Bósnia quanto em Ruanda. O que diferencia grandemente é como as mulheres foram utilizadas em cada situação. Na Bósnia-Herzegovina, o corpo feminino foi instrumentalizado para gerar mais sérvios e, simultaneamente, impedir que mais bósnios e croatas nascessem. Evidentemente, havia situações de exposição pública e humilhação, mas havia também um objetivo de “diluição” da etnia das vítimas além de infligir sofrimento. Outro ponto a ser evidenciado sobre os estupros é que, muitas vezes, eram utilizados para gerar terror e forçar com que as famílias fugissem e deixassem o território vulnerável para a ofensiva sérvia. (HRW, 1995)

Em Ruanda, o contexto histórico desempenha um papel importante para a compreensão dessa diferença em objetivos do estupro. A rivalidade entre Hutu e Tutsi desde o regime colonial era marcada por ideias de inferioridade e superioridade, onde os Hutu sentiam-se historicamente oprimidos pelos Tutsi. Este sentimento de que os Hutu precisavam de certa forma “se vingar” contribuiu para que estivessem mais preocupados em dizimar a etnia do outro do que perpetuar a sua. O ódio nutrido ao longo de gerações também fez com que os relatos de sobreviventes de Ruanda ilustrem situações muito mais sádicas¹⁹ do que na Bósnia-

¹⁸ Just as the policy of forced impregnation was a distinctive characteristic of rape as genocide in the former Yugoslavia, the deliberate transmission of HIV was a unique component of rape as genocide in Rwanda. Survivors report that Hutu men diagnosed with HIV raped Tutsi women during the civil war, then told the women that they would die slowly and gruelingly from AIDS. (UNHCR, 1998, p. 18 apud SCHARLACH, 2000, p. 99)

¹⁹ Relatos de sobreviventes incluem situações como incesto forçado; pedofilia forçada; mutilação genital com objetos cortantes; infanticídio de recém-nascidos, entre outros.

Herzegovina. A tabela à seguir ilustra os principais pontos de convergência e divergência entre os casos:

Tabela 1: Pontos de convergência e divergência Ruanda/Bósnia-Herzegovina

	RUANDA	BÓSNIA-HERZEGOVINA
Estupro em massa com fins políticos	X	X
Gravidez como objetivo		X
Transmissão de doenças intencional	X	
Campos de estupro		X
Cultura patriarcal	X	X
Culpabilização da vítima	X	X
Incentivo por parte das autoridades	X	X
Propaganda midiática misógina	X	
Diferença da violência cometida contra mulheres (em relação à violência contra homens)	X	X
Participação massiva de civis na violência	X	
Nº DE VÍTIMAS:	250.000 - 500.00	10.000 - 60.000

Fonte: elaboração própria da autora (2020) a partir de bibliografia diversa de terceiros

É ainda mais interessante a relação entre as etnias conflitantes quando analisada sob o prisma de superioridade e inferioridade. Os sérvios, inspirados pelo discurso do presidente da Sérvia, acreditavam que eram uma raça superior, e objetivavam justamente a consolidação e expansão desta. Os Hutu, apesar de estarem no poder recentemente, nutriam um sentimento de inferioridade em relação aos Tutsi, devido aos anos de privilégios dos quais os Tutsi usufruíram. Naturalmente, esta ótica não é o suficiente para explicar as diferenças entre as abordagens, mas pode ser crucial para entender a preferência por disseminação da cultura ou aniquilação dela nos conflitos analisados.

4.3 ESTUPRO ÉTNICO E DE GÊNERO: RAZÕES E EFEITOS

Susan Brownmiller, ao lançar seu livro revolucionário “*Against Our Will: Men, Women and Rape*”, teorizou que o estupro seria um ato cometido por todos os homens contra todas as mulheres com o objetivo de mantê-las em um estado constante de dominação e poder. Mesmo ao analisar situações de conflito, ela mantém esta máxima e, conseqüentemente, esta explicação para os abusos. Porém, ao analisar casos como Bósnia e Ruanda, torna-se claro que a ideia de Brownmiller não pode ser aplicada aqui.²⁰

MacKinnon é mais feliz em cunhar uma outra máxima aplicável a estes casos: “[...] estes estupros estão sendo feitos por *alguns* homens contra *certas* mulheres por razões específicas, aqui e agora” (MACKINNON, 1994, f. 209, tradução nossa, grifo da autora)²¹. Esta afirmação abre espaços para novos questionamentos e, conseqüentemente, para novos métodos de análise: quem são estes homens? Quem são estas mulheres? E quais são as razões específicas para *estes* homens estarem atacando *estas* mulheres? É a partir desta nova tríade de questões que a presente monografia analisa os estupros cometidos.

A junção do prisma de etnia e do prisma de gênero torna-se fundamental para entender estes casos. É fundamental pois, se analisado apenas pelo prisma da etnia, isso não explicaria porque as mulheres eram estupradas ao invés de serem assassinadas. E se analisado pelo prisma de gênero apenas, não é explicado porque todas as mulheres não eram estupradas, e sim, só algumas; afinal, o clima de oportunidade e certeza de impunidade estavam presentes. O que impedia um homem bósnio de violentar uma mulher da mesma etnia, apenas por saber que não seria pego?²²

Este é apenas um exemplo de porque as análises devem agir em mais de um nível. Utilizando-se das teorias dominantes dentro das Relações Internacionais, estes estupros provavelmente nunca seriam analisados a fundo, vistos como nada

²⁰ É importante filtrar que este livro foi escrito em 1975, muito antes das situações analisadas. Portanto a autora, ao desenvolver esta tese, não levou em consideração os casos da Bósnia-Herzegovina e Ruanda. Mesmo assim, seu pensamento ainda é usado por certas correntes feministas, por isso foi incluso nesta discussão.

²¹ “[...] these rapes are being done by *some* men against *certain* women for specific reasons, here and now” (MACKINNON, 1994, f. 209)

²² O fato de que o estupro contra mulheres croatas acontecia (tanto por parte de sérvios quanto por parte de bósnios) evidencia que estes estupros eram motivados profundamente pela animosidade entre etnias

mais do que crimes de oportunidade. E esta narrativa do oportunismo, defendida inclusive por algumas autoras feministas, é extremamente perigosa: ainda que sem a intenção, alimenta a ideia de que homens não conseguem controlar seus impulsos, exacerbados pelo frenesi da guerra. Tal ideia é frequentemente utilizada para culpabilizar as vítimas ao invés dos agressores.

Os soldados sérvios e os civis que compunham a milícia ruandesa não estavam fora de controle, e é essencial que isto seja compreendido para entender a necessidade da análise como aqui se propõe. MacKinnon pontua:

Isto não é estupro fora de controle. É estupro sob controle. É também estupro até a morte, estupro como massacre, estupro para matar e fazer com que as vítimas desejassem que estivessem mortas. É estupro como instrumento de exílio forçado, estupro para fazer você sair de sua casa e nunca querer voltar. É estupro para dividir a comunidade, quebrar uma sociedade, destruir um povo. É estupro como genocídio. (MACKINNON, 1994, f. 211, tradução nossa)²³

Por que, então, o uso do estupro em uma guerra que é, em teoria, contra toda uma etnia e não apenas contra as mulheres? A explicação pode ser encontrada em duas motivações: uma mais ligada ao gênero, e uma mais ligada à etnia. Ambas se interconectam para exemplificar porque o estupro é uma tática de guerra tão profícua.

4.4 GÊNERO COMO MOTIVAÇÃO

No que diz respeito ao âmbito relacionado mais diretamente ao gênero, existe a condição das mulheres em suas respectivas sociedades. Tanto as mulheres bósnias quanto as mulheres ruandesas eram valorizadas a partir de papéis de gênero tradicionais: mães, esposas, castas e virgens. Apesar de as mulheres bósnias terem altos níveis de escolaridade, e as mulheres ruandesas serem participantes ativas da economia, estes papéis sociais eram usados para julgar o valor de uma mulher. (GERECKE, 2010).

²³ This is not rape out of control. It is rape under control. It is also rape unto death, rape as massacre, rape to kill and to make the victims wish they were dead. It is rape as an instrument of forced exile, rape to make you leave your home and never want to go back. It is rape to be seen and heard and watched and told to others: rape as spectacle. It is rape to drive a wedge through a community, to shatter a society, to destroy a people. It is rape as genocide. (MACKINNON, 1994, f. 211)

Em termos de identidade de gênero e papéis esperados, todos os casos enfatizam a virgindade, subserviência, maternidade e fertilidade feminina. Os altos casos e aceitação da violência doméstica e sexual colocam em foco o status subserviente da mulher. Cada país tinha um sistema patrilinear onde o costume favorecia os homens, que eram esperados a serem fortes e sexualmente viris. (GERECKE, 2010, p. 145-146, tradução nossa)²⁴

É justamente por causa desta valorização de um ideal da mulher que a destruição dele se torna tão devastadora para uma comunidade. A virgindade e a castidade são arruinadas quando estas mulheres são estupradas, mais ainda se pelo lado considerado “inimigo”. O papel dela como mãe e esposa é colocado em cheque, pois sua honra e seu valor são anulados após a violência. Ela não é mais digna de ser esposa de alguém, e conseqüentemente não será mais mãe. Além dos impactos sociais, ainda existem os impactos psicológicos característicos da violência sexual, seja ela em situações de guerra ou não.

Também atrelada a estes valores está a noção de que o homem é o protetor da mulher. Ao violentar as mulheres *deles*, o perpetrador está mostrando que o homem falhou em proteger o que é seu, falhou em cumprir sua função social. (LENTIN, 1999). É um processo de feminização e de subjugação tanto da vítima quanto do espectador impotente. A natureza pública destes estupros objetiva precisamente esta humilhação do homem e, por consequência, do grupo social sendo atacado. Na forma mais historicamente constante, o estupro está comunicando que não apenas eles falharam em proteger a si mesmos e ao seu território, mas também as suas mulheres.

Esta visão, juntamente com o estupro em si, serve também para manter a narrativa de que as mulheres são sempre vítimas. É o processo de feminização em seu ápice, reforçando uma concepção que é errônea, visto que mulheres podem ser também perpetradoras de violência. No caso de Ruanda, por exemplo, a política Hutu Pauline Nyiramasuhuko incentivava os estupros e acabou por ser condenada por genocídio. (RUSSELL-BROWN, 2003).

É necessário atentar-se também que, apesar da enorme maioria das vítimas destes estupros serem mulheres, a violência sexual também ocorria contra homens. Desde castrações até incesto forçado, homens também foram submetidos a

²⁴ In terms of gender identities and expected roles, all cases emphasize females' virginity, subservience, motherhood, and fertility. The high rates and acceptance of domestic and sexual violence bring into focus women's subservient status. Each country had a patrilineal system in which custom favored men, who were expected to be strong and sexually virile. (GERECKE, 2010, p. 145-146)

violências com cunho sexual. Isto evidencia duas coisas importantes: a primeira é que o estupro nestas situações é muito mais sobre poder do que sobre sexo. A segunda é que o estupro genocida é um processo de feminização, e não necessariamente um processo feminino.

No caso dos homens, por exemplo, a feminização acontecia através de castração, humilhação pública, e incesto forçado. Através destes atos, o perpetrador imputa também ao homem a subjugação física e social normalmente reservadas às mulheres. Megan Gerecke (2010, p. 142, tradução nossa) coloca que: “Estas divergências do padrão geral homem-em-mulher, apesar de limitadas, reforça, a ideia de que a violência sexual não é simplesmente uma performance de gêneros fixos, mas um ato generizador”²⁵.

Entender a generização²⁶ como um processo evidencia que os papéis sociais não são inerentes a um gênero, e sim condições impostas com um objetivo específico. Nestes casos, não eram só as mulheres que estavam sendo feminizadas, e sim todo um grupo étnico. Em Ruanda e Bósnia-Herzegovina, o feminino era sinônimo de subjugação, portanto feminizar era sinônimo de subjugar.

4.5 ETNIA COMO MOTIVAÇÃO

No que diz mais respeito à etnia, pode-se ver como o corpo feminino é considerado um importante marcador de fronteiras étnicas. São as mulheres que dão a luz aos próximos membros daquela etnia, são as mães que passam os seus valores culturais para os filhos, é nas expectativas colocadas sobre as mulheres que se identificam os valores e padrões daquela etnia. (ANTHIAS, YUVAL-DAVIS, 1992).

Como evidenciado no subcapítulo 2.3, Fredrik Barth explica que a identidade étnica de um grupo é tão definida pelo que o grupo é quanto pelo que o grupo não é. Isto deve-se ao fato de que a construção de etnia opera em uma concepção de fronteiras, ou seja, a diferenciação entre dois grupos. Estas fronteiras são permeáveis, e sua manutenção depende de ações delimitadoras.

O estupro tem um componente de demarcação étnica relevante. Os Hutu eram o que os Tutsi não eram. Os sérvios eram o que os bósnios não eram. Existia

²⁵ “These divergences from the general male-on-female pattern, although limited, reinforce the idea that sexual violence is not simply a performance of fixed genders but a gendering act”

²⁶ Tradução livre da autora do termo em inglês *gendering*

uma diferença clara entre as “nossas” mulheres e as mulheres “deles”, e o estupro em uma situação de conflito traça esta linha entre as mulheres envolvidas. As que estão sofrendo violências são as “outras”.

Quando uma identidade étnica se constrói em oposição à outra, o que é especialmente verdade no caso de Ruanda, esses marcadores sociais são fundamentais. Isto se integra com a construção dos papéis de gênero: os homens são o que as mulheres não são, e vice-versa. Este tipo de identidade dinâmica precisa estar constantemente em reafirmação, principalmente em um conflito onde são justamente estas identidades que estão em jogo. Rejali (1998, p. 30 apud LENTIN, 1999, p. 6, tradução nossa) identifica que “estupro em um contexto de guerra é o meio pelo qual diferenciais de poder e identidade são definidos.”²⁷.

Como explicado por Jenkins (1994), Barth identifica dois processos de definição de etnia: a definição interna e a definição externa. O uso do estupro nos conflitos étnicos tem um caráter especialmente autoritário e violento pois ele tira a capacidade do grupo ter sua própria definição interna. A partir do momento que um perpetrador vê uma pessoa como parte de uma certa etnia e decide cometer um ato violento por causa disso, a pessoa perde o direito de decidir se concorda ou não com aquela designação.

Além disso, o estupro tem um caráter alienante. Devido à rejeição social, a mulher é apartada de seu grupo social, composto principalmente por sua etnia em sociedades com grande destaque dado a esta identidade. Enquanto a mulher violentada é irreversivelmente caracterizada como parte daquela etnia, ela é ao mesmo tempo alienada de sua comunidade.

Devido à natureza de gênero e etnia serem definidos em oposição as suas contrapartes, as mulheres vitimizadas estavam na categoria de “outras” em dois processos. Duplamente entendidas como inferiores, duplamente vistas como o inimigo. No caso da Bósnia-Herzegovina, isto gerou as gravidezes forçadas, utilizando a condição biológica contra elas mesmas. No caso de Ruanda, isto levou à destruição sádica. Uma mulher Hutu não seria tratada da mesma forma que uma

²⁷ “rape in a war context is the means by which differentials of power and identity are defined”

mulher Tutsi²⁸, e um homem Tutsi não seria tratado da mesma forma que uma mulher Tutsi²⁹. A mesma lógica vale para o caso bósnio.

Outro ponto interessante a ser levado em consideração é esta noção da mulher como bastião da cultura. Apesar de serem consideradas as disseminadoras da etnia, e conseqüentemente serem no corpo delas que as fronteiras étnicas são definidas (LITTLEWOOD, 1998), elas não têm autonomia para consolidar estas definições. Na lógica dos grupos analisados, a etnia é passada de forma patrilinear. Aqui vemos o conceito de definição externa de etnia sendo ainda mais pronunciado nas mulheres: quando uma gravidez está em questão, a identidade da criança é derivada da etnia do pai, enquanto a da mãe é ignorada.³⁰

O estupro com motivações étnicas também mostra-se diferente devido ao seu impacto contínuo. Não apenas a mulher tem seu próprio senso de identidade e valor destruídos, como também sua imagem é arruinada frente a sua comunidade. A reintegração à sociedade torna-se difícilíssima em um momento onde o apoio é essencial. (MUKAMANA, BRYSIWICZ, 2008).

Na tese de Barth, utilizada nesta monografia, as fronteiras étnicas dependem das interações sociais para existirem e manterem-se³¹. Tendo o estupro como um indicador étnico, todas as relações sociais a partir deste estarão marcadas; a mulher será sempre vista como parte da etnia que levou ao seu ataque, perdendo a oportunidade de reconstruir sua identidade caso assim deseje. Quando a fronteira étnica é definida através de uma ação violenta como um estupro, ela se torna quase impossível de cruzar, e a maleabilidade e flutuação identificadas por Barth como essenciais para a identificação étnica se perdem. Tanto quanto o compartilhamento de uma cultura ou origem, o trauma compartilhado se torna um delimitador do que uma etnia é ou não é.

O estupro em um contexto de guerra é, portanto, um marcador étnico poderoso e impactante não apenas durante o conflito, mas também depois. Principalmente em situações onde as fronteiras étnicas são difusas devido a anos de miscigenação e convivência, como no caso de Ruanda e Bósnia, um conflito

²⁸ Isto, é claro, considerando que a mulher Hutu em questão não tivesse nenhuma associação aos Tutsi.

²⁹ É importante ressaltar que, apesar de em número bem menor, alguns homens também sofriam violência sexual, incluindo o estupro em si

³⁰ Isto impacta diretamente também na inclusão dos filhos descendentes do estupro, pois mesmo que a criança seja criada na cultura da mãe, ela é considerada etnicamente descendente do pai agressor

³¹ Ver subcapítulo 2.3

pautado por estas fronteiras utiliza de atos de violência para reforçar estas diferenças. O estupro não apenas demarca estas fronteiras, como comunica de forma irrefutável qual etnia é subordinada e qual é dominante naquele contexto. (REJALI, 1996).

4.6 CONSEQUÊNCIAS E IMPACTOS

Os conflitos deixaram impactos duradouros nacional e internacionalmente. É importante ressaltar também os impactos deixados nas sobreviventes dos estupros e seus descendentes. Analisar estas consequências é essencial para melhor compreender a motivação por trás dos crimes, e o quanto o uso do estupro cria uma violência duradoura.

4.6.1 SOBREVIVENTES

Mesmo em casos onde a mulher é aceita pela família, seja por compreensão dos mesmos ou porque a mulher omitiu o que aconteceu, a vida segue de forma difícil. Tanto em Ruanda quanto na Bósnia-Herzegovina, as sobreviventes compartilham uma série de efeitos pós-traumáticos: vergonha; perda de identidade; falta de esperança; sensação de culpa; medo de não serem mais “elegíveis” como esposas; receio na presença de homens; dores físicas; isolamento social; dificuldade em seguir com tarefas simples do dia a dia.

Este trauma psicológico é identificado em vítimas de estupro também fora do contexto de conflito. Os sintomas dificultam ainda mais a integração na sociedade, pois frequentemente a mulher sente-se isolada, perseguida, e apática. Isto, é claro, apenas se exacerba com a falta de uma rede de apoio. Considerando que a sociedade pós-conflito depende fortemente da integração econômica das mulheres para uma reconstrução, a apatia e dificuldade de seguir com o dia a dia tem consequências a nível pessoal e nacional. (MUKAMANA, BRYSIWICZ, 2008; SKJELSBÆK, 2003). Uma sobrevivente ruandesa, entrevistada por Mukamana e Brysiewicz, traz o seguinte relato:

A experiência de ter sido estuprada mudou minha vida. Porque eu não me sentia como uma menina pois não sou virgem, mas não sou uma mulher também porque não tenho marido e eu sei que ninguém aceitará casar com

uma menina que não é [virgem] (MUKAMANA, BRYSEWICZ, 2008, p. 382, tradução nossa)³²

Já uma sobrevivente bósnia entrevistada por Skjelsbæk relata:

Eu nunca vou me casar... Não consigo confiar em ninguém, e mesmo se alguém está apenas me convidando para tomar um café em algum lugar eu penso que talvez ele vá me levar à algum lugar [...] As vezes, eu tenho a impressão que todo mundo sabe... mesmo eu sabendo que isso não é possível (SKJELSBÆK, 2003, p. 393, tradução)³³

Umutesi e Emila, respectivamente, eram virgens e solteiras antes dos acontecimentos. Ao analisar os relatos delas e de outras sobreviventes, um padrão identificado é que os traumas estão, em sua grande maioria, relacionados ao aspecto de gênero. Raramente é mencionado algum tipo de receio em continuar identificando-se com sua etnia, e sim, um receio em continuar vendo-se como mulheres violentadas. No estudo de Skjelsbæk, a seguinte conclusão é atingida:

Como vítimas étnicas, os elementos de suas histórias criam uma narrativa de sobrevivente caracterizada pela falta de culpa, apoio de membros da família e engajamento ativo em condenar seus perpetradores. Como vítimas femininas, entretanto, os elementos de suas histórias criam uma narrativa de vítima caracterizada por sentimentos de vergonha e culpa, escondendo suas histórias de membros da família imediatos, e dores corporais e imobilidade. (SKJELSBÆK, 2003, p. 396, tradução nossa)³⁴

A partir destes relatos, é possível observar que, apesar de as mulheres serem atacadas por sua etnia e gênero, o trauma pessoal de cada sobrevivente é muito mais relacionado ao gênero. O trauma étnico pode ser, de certa forma, amortizado pela comunidade. Quando uma sobrevivente entende sua experiência como vítima de um ataque somente a sua etnia, existe uma maior chance de gerar uma resposta solidária por parte de sua família. (SKJELSBÆK, 2003). É importante frisar, porém,

³² The experience of being raped had changed my life. Because I didn't feel as a girl because I am not a virgin but I am not a woman either because I have no husband and I know no one will agree to marry a girl who is not a [virgin] (MUKAMANA, BRYSEWICZ, 2008, p. 382)

³³ I will never get married... I cannot trust anybody, and even if someone is just inviting me to have a coffee somewhere I think that maybe he is going to take me somewhere [...] Sometimes I have an impression that everybody knows... even though I know that is not possible. (SKJELSBÆK, 2003, p. 393)

³⁴ As ethnic victims, the elements of their stories create a survivor plot characterized by absence of guilt, support from family members and active engagement in getting their perpetrators convicted. As female victims, however, the elements of their stories create a victim plot characterized by feelings of guilt and shame, hiding their stories from immediate family members, and bodily pains and immobility. (SKJELSBÆK, 2003, p. 396)

que esta aceitação não é o padrão. Já o trauma de gênero, por ser tão fortemente associado à vergonha, é deixado de lado para que cada mulher lide sozinha.

O apoio para as sobreviventes é escasso, principalmente no que diz respeito aos traumas exclusivamente das vítimas de estupro. Na Bósnia, desde 2015, existe um programa para compensar as sobreviventes, porém este recurso é de difícil acesso. O sistema de justiça não é unificado, os casos acumulam, mecanismos de proteção de testemunhas são falhos, e é difícil provar que a pessoa foi de fato violentada, além dos altos custos para entrar na justiça. (BALSON, 2018).

Em Ruanda, a retórica do governo busca a conciliação entre Hutu e Tutsi. Muitas sobreviventes, porém, não se sentem prontas para participar deste movimento a nível pessoal. Um grupo de 50 mulheres criou, em 1995, a Associação de Viúvas do Genocídio (AVEGA). Apesar de ser uma Organização Não-Governamental, a AVEGA recebe apoio do governo e de organizações internacionais como o *Survivor's Fund* (SURF). (AVEGA, 2020?)

Quando o assunto envolve as crianças descendentes dos estupros, a situação torna-se mais delicada. A onda de gravidezes indesejadas causou também uma onda de tentativas de aborto, suicídios, e até infanticídios. A inclusão na sociedade das crianças que chegaram a nascer é dificultada, inclusive porque muitas vezes a própria mãe rejeita a criança. Na maioria dos casos, estas crianças foram colocadas para adoção ou enviadas para morarem com parentes distantes para evitar perguntas. (HAMEL, 2016).

Quando a criança permanece com a mãe, a realidade é cruel para ambas as partes. As mães veem o filho como um lembrete do trauma que sofreram, e imputam a personalidade violenta do agressor ao filho. Assim, isto leva a abusos, negligência, e exclusão da criança da estrutura social local, incluindo educação. Além disso, devido à característica patrilinear das sociedades analisadas, as crianças são consideradas etnicamente ligadas apenas ao agressor, e não à mãe. Ter um filho do grupo que dizimou sua família gera um impacto psicológico profundo na mulher, e uma maior tendência à criança não ser aceita pela sociedade onde a mãe está inclusa. (HAMEL, 2016).

Como sugerido pelo Gerenciador de Programas da Organização 3 (Ruanda, 4 de Junho de 2013) 'aquelas mulheres vem e dizem "quando eu olho para meu filho, eu vejo o assassino do meu marido. Eu vejo o assassino dos meus pais. Eu odeio aquela criança. Eu nem quero lhe dar comida. Quando

ele come, é como se ele fosse o assassino. Ele come como um assassino” (HAMEL, 2016, p. 298, tradução nossa)³⁵

Existe, porém, raras situações onde estas mães conseguiram desenvolver relações saudáveis com seus filhos. Isto é possível através de terapia intensa, tanto para a criança como para a mulher. Além disso, a oferta de oportunidades de educação para as crianças é essencial nesse processo de assimilação, tanto familiar como identitária. Tanto em Ruanda quanto na Bósnia, aconselhamento e acompanhamento profissional mostraram-se essenciais para o desenvolvimento de uma relação mãe-filho ao invés de mulher-trauma. (HAMEL, 2016).

Como mencionado anteriormente, no caso da Bósnia-Herzegovina em específico, as gravidezes eram um objetivo primário dos estupros. Nos campos de violência sexual, as mulheres eram estupradas continuamente até engravidarem, e mantidas presas até não poderem mais abortar. Os perpetradores, além do objetivo de disseminar sua etnia, também sabiam do impacto que isso teria na mulher grávida e na malha social daquela comunidade.

Ademais, estas crianças são vítimas invisíveis. Nenhum dos governos possui programas ou legislações voltadas aos descendentes de um estupro; por não terem vivenciado o conflito, não são considerados sobreviventes da guerra, e não se encaixam em nenhuma categoria protegida nacional ou internacionalmente. Os casos de sucesso de integração aconteceram com o intermédio de ONGs, porém a busca por elas ainda é baixa. (HAMEL, 2016). O processo de outrização³⁶ que a mãe passou é herdado pelo filho, e se a mãe decidir tomar seu lado, ela sofre o mesmo processo novamente. Marie-Eve Hamel explica esta dicotomia:

Como explicado previamente, a identidade do pai destas crianças é imposta a eles pela sua própria comunidade, mas eles não são integrados à comunidade de seus pais. Sua exclusão da comunidade da mãe não é substituída com adesão ao grupo étnico do pai. Eles possuem atributos étnicos de dois grupos, mas não pertencem completamente à nenhum. (HAMEL, 2016, p. 302, tradução nossa)³⁷

³⁵ As suggested by the Program Manager of Organisation 3 (Rwanda, 4 June 2013), “those women come and say “when I look at my child, I see the killer of my husband. I see the killer of my parents. I hate that child. I don’t even want to give him food. When he eats, it’s like he is the killer. He eats like a killer” (HAMEL, 2016, p. 298)

³⁶ Tradução livre do termo em inglês *othering*.

³⁷ As explained previously, the identity of the father of these children is imposed on them by their own community, but they are not integrated into their father’s community. Their exclusion from their

As experiências das sobreviventes e seus descendentes destacam a necessidade de um auxílio maior por parte dos governos e da comunidade internacional. O tabu associado a pedir ajuda, principalmente quando se diz respeito à violência sexual em um contexto tão polarizado, torna uma caminhada já difícil ainda mais truncada. O trauma e o estigma que ainda seguem na vida das vítimas mesmo mais de 20 anos depois dos fatos ocorridos também exemplifica o porquê do estupro em massa ser uma tática tão cruel, e tão proveitosa para os perpetradores.

4.6.2 ESTUPRO COMO GENOCÍDIO

É esta longevidade dos impactos do ataque, em combinação com a característica massiva e direcionada dos estupros, que levantou discussões sobre a classificação oficial do uso do estupro na guerra. Mais especificamente, surgiu na comunidade internacional e acadêmica o questionamento sobre a inclusão da violência sexual na definição de genocídio.

O Artigo II da Convenção do Genocídio, estabelecida pela ONU em 1948 (tradução nossa), define o crime de genocídio da seguinte forma:

Na presente Convenção, genocídio significa qualquer um dos atos a seguir cometidos com a intenção de destruir, totalmente ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, assim sendo:

1. Matar membros do grupo
2. Causar sérios danos físicos ou mentais à membros do grupo
3. Deliberadamente infligir ao grupo condições de vida calculadas para trazer sua destruição física totalmente ou em parte
4. Impor medidas pretendidas a prevenir nascimentos dentro do grupo
5. Transferir à força crianças do grupo para outro grupo³⁸

mother's community is not replaced with membership in the father's ethnic group. They possess the ethnic attributes of two groups, but do not fully belong to either. (HAMEL, 2016, p. 302)

³⁸ In the present Convention, genocide means any of the following acts committed with intent to destroy, in whole or in part, a national, ethnical, racial or religious group, as such:

1. Killing members of the group;
2. Causing serious bodily or mental harm to members of the group;
3. Deliberately inflicting on the group conditions of life calculated to bring about its physical destruction in whole or in part;
4. Imposing measures intended to prevent births within the group;
5. Forcibly transferring children of the group to another group

Na IV Convenção de Genebra, o Artigo 27 menciona a proteção de civis contra violência sexual e prostituição forçada. Os Protocolos Adicionais reiteram que a mulher deve ser protegida especialmente contra estupro e outras formas de violência sexual, destacando a proteção de sua honra e dignidade. (AZEVEDO, 2014 apud PEREIRA, CAVALCANTI, 2015).

A violação das Convenções de Genebra, porém, não prevê punição ou julgamento internacional. Já a Convenção do Genocídio prevê ação internacional, porém a violência sexual não está prevista explicitamente na definição de genocídio. O estupro em massa pode ser encaixado no segundo e terceiro parâmetro, porém não muda o fato de que, legalmente, estupro não era considerado genocídio.

Sobre isso, MacKinnon (2006) traz a reflexão:

Direitos humanos não tem sido direitos das mulheres—não em teoria ou em realidade, não legalmente ou socialmente, não domesticamente ou internacionalmente. Direitos que seres humanos têm em virtude de serem humanos não têm sido direitos aos quais as mulheres têm acesso, nem as violações das mulheres como tais fizeram parte da definição da violação do humano como tal, na qual as leis de direitos humanos tradicionalmente se baseiam. (MACKINNON, 2006, f. 204, tradução nossa)³⁹

Em um primeiro momento, a afirmação pode parecer radical, já que o princípio norteador dos Direitos Humanos é justamente sua universalidade. Porém, a análise de situações como a não inclusão do estupro em massa como genocídio e o fato de que a violência sexual não foi considerada como crime contra humanidade pela ONU até 1993 ajudam a elucidar o ponto de MacKinnon (PEREIRA; CAVALCANTI, 2015). As violações contra as mulheres são vistas como questões de direitos das mulheres, e não de Direitos Humanos.

O que diferencia o genocídio de outros atos violentos é o *dolus specialis*. Isto quer dizer que, para ser considerado um ato genocida, precisa existir a intenção de exterminar um certo grupo, seja ele étnico, racial, nacional ou religioso. (RUSSELL-BROWN, 2003). Indubitavelmente, o *dolus specialis* está presente nos estupros em Ruanda e Bósnia, e isto pressionou a sociedade da academia a caracterizar o

³⁹ Human rights have not been women's rights—not in theory or in reality, not legally or socially, not domestically or internationally. Rights that human beings have by virtue of being human have not been rights to which women have had access, nor have violations of women as such been part of the definition of the violation of the human as such on which human rights law has traditionally been predicated. (MACKINNON, 2006, f. 204)

estupro em massa não apenas como uma arma de guerra, não apenas como um crime contra a humanidade, mas como um ato genocida.

4.6.3 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E A SEGURANÇA HUMANA

O Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia (ICTY) foi estabelecido em maio de 1993. O ICTY tem sua jurisdição sob pessoas individuais, e não Estados, partidos, exércitos ou outras entidades legais. A jurisdição do Tribunal é sob o território da ex-Iugoslávia, para julgar violações das leis humanitárias a partir de 1991. (ICTY, 200-?).

É previsto o julgamento de quatro categorias de ofensas: infrações graves às convenções de Genebra; violações das leis ou costumes de guerra; genocídio e; crimes contra humanidade. (BENVENUTO, 2006, p. 236 apud OLIVEIRA, JÚNIOR, 2019 p. 110). Para ser julgado pelo Tribunal, o acusado não precisa necessariamente ter cometido o crime diretamente. O Artigo 7 do Estatuto do ICTY prevê que “Uma pessoa *que planejou, instigou, ordenou, cometeu ou auxiliou e estimulou de outra forma o planejamento, preparação ou execução de um crime referido nos Artigos 2 a 5* deve ser individualmente responsabilizada pelo crime”. (ICTY, 200-?, n.p., tradução nossa, grifo do autor).⁴⁰

Antes do Tribunal para a antiga Iugoslávia, violência sexual em contextos de conflitos não havia sido julgada internacionalmente. A ideia de que o estupro pode ser usado estrategicamente, e não ser apenas uma consequência infeliz da guerra, foi consolidada por causa dos julgamentos do ICTY. O Tribunal fez progresso imenso em criar uma jurisprudência que permitisse que o estupro e violências sexuais fossem vistos - e consequentemente julgados - como crimes contra a humanidade. (ISAAC, JURASZ, 2018).

Entre os marcos mais importantes estabelecidos pelos julgamentos do Tribunal estão:

[...] destacando acusações de estupro como tortura (*Mucić et al.*), escravidão sexual e estupro como crimes contra a humanidade (*Kunarac*), primeira acusação vem-sucedida de violência sexual contra homens (*Tadić*) ou reconhecimento que atos de natureza sexual podem

⁴⁰ “a person who planned, instigated, ordered, committed or otherwise aided and abetted in the planning, preparation or execution of a crime referred to in Articles 2 to 5 shall be individually responsible for the crime”. (ICTY, 200-?).

equivaler a perseguição (*Brđanin*) (ISAAC, JURASZ, 2018, p. 862, tradução nossa)⁴¹

O Tribunal, porém, recebeu sérias críticas devido à sua falta de interseccionalidade nos julgamentos. Ao relatar as experiências das vítimas, a ênfase era dada a sua etnia, e pouco era comentado sobre a forma que o gênero das mesmas afetou a situação. Mesmo assim, a falha em caracterizar o estupro em massa como uma violência baseada em gênero (sejam suas vítimas homens ou mulheres) não obscurece o legado positivo do Tribunal. (ISAAC, JURASZ, 2018).

O Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia foi dissolvido em 2017, após 23 anos de mandato. Ao todo, 161 indivíduos foram indiciados, e mais de um terço dos condenados foram considerados culpados por crimes de natureza sexual. Entre os condenados pelo ICTY estão o presidente sérvio Slobodan Milošević, o líder dos bósnios-sérvios Radovan Karadžić, e o general Ratko Mladic. (ICTY, 200-?).

O Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR) foi estabelecido em novembro de 1994. Apesar de ter sido criado através de uma resolução do CSNU, sua criação foi especialmente requisitada pelo governo de Ruanda. Na ocasião, o governo ruandês alegou que o genocídio cometido era um crime contra a humanidade e necessitava do apoio internacional para auxiliar na legitimação da reconciliação nacional. (RUSSELL-BROWN, 2003).

O mandato do ICTR prevê a responsabilidade de julgar indivíduos responsáveis por genocídio e violações graves das leis humanitárias ocorridas no ano de 1994 no território de Ruanda. (UNICTR, 2015?). Seguindo os passos do Tribunal da Iugoslávia, o ICTR estabeleceu precedentes inovadores no que diz respeito ao julgamento de crimes sexuais.

O Tribunal indiciou 93 indivíduos, desde civis até agentes governamentais, incluindo também personalidades religiosas e presentes na mídia. O último julgamento do ICTR foi em dezembro de 2012, e apenas a Câmara de Apelação segue em atividade. As funções tanto do ICTR quanto do ICTY foram assumidas pelo Mecanismo Residual para Tribunais Penais Internacionais. No que diz respeito

⁴¹ [...] highlighting prosecutions of rape as torture (Mucić et al.), sexual enslavement and rape as crimes against humanity (Kunarac), first successful prosecution of sexual violence against men (Tadić) or recognition that acts of sexual nature may amount to persecution (Brđanin). (ISAAC, JURASZ, 2018, p. 862)

aos casos em aberto de Ruanda, três acusados que estão sob a jurisdição internacional ainda estão foragidos. (UNICTR, 2015?).

O Tribunal para Ruanda ficou especialmente conhecido devido aos seus julgamentos de genocídio. O ICTR foi o primeiro tribunal internacional a julgar e condenar alguém por genocídio. Ademais, uma conquista importante relacionada ao prisma do gênero foi alcançada: o Tribunal de Ruanda reconheceu oficialmente que o estupro em massa pode ser um meio de perpetrar o genocídio. Foi pioneiro em interpretar legalmente a definição de genocídio e incluir o estupro nesta definição. (UNICTR, 2015?).

O caso de Jean Paul Akayesu foi um expoente do Tribunal analisado até hoje. O veredito dado em 1997 o condenou à prisão perpétua por crimes contra a humanidade e genocídio, incluindo o estupro. O caso também é importante por Akayesu não ter sido indiciado por cometer os crimes diretamente, e sim por negligenciar a proteção dos Tutsi que vieram a se refugiar na comunidade de Taba, onde Akayesu era burgomestre. (RUSSELL-BROWN, 2003).

O simples fato de os Tribunais exercerem sua jurisdição sobre indivíduos e não sobre unidades legais já mostra uma mudança no paradigma de segurança tradicional. Ao entender que pessoas individuais têm o poder de cometer atos genocidas, a noção Estado-cêntrica, normalmente dominante quando se fala de guerras, é substituída por uma visão que abrange os procedimentos internos de uma sociedade. Além disso, os próprios crimes julgados nestes Tribunais dizem respeito à segurança das pessoas, em um movimento de humanização da justiça internacional. (PEREIRA, 2014).

Como identificado no subcapítulo 2.2, a Segurança Humana estabelece um novo paradigma de análise de conflitos. Considerando que, tanto no caso de Ruanda quanto no caso da Bósnia, o que estava em maior perigo era a população civil e não a integridade do território nacional, os Tribunais não poderiam responsabilizar os agressores sem assumir a visão da Segurança Humana em seus julgamentos. Em ambos os casos, os Tribunais identificaram que as entidades nacionalmente responsáveis pela população não asseguraram o *freedom from fear*⁴².

⁴² Para a definição do conceito, referir ao subcapítulo 2.2

Ao trazer para o centro das discussões internacionais os casos de Bósnia e Ruanda, a responsabilidade do Estado de proteger seus cidadãos de ameaças internas é colocada em evidência. Não apenas isto, mas a negligência frente a ameaças também é passível de punição, como evidenciado principalmente pelo caso de Akayesu.

Os Tribunais, portanto, foram essenciais para trazer para o topo da agenda internacional as preocupações com assuntos como limpeza étnica e, principalmente, violência contra a mulher. (PEREIRA, 2014). Além disso, os estudos que seguiram os conflitos evidenciaram o quanto os conceitos de *freedom from want*⁴³ e *freedom from fear* são intrínsecos, pois a segurança humana das mulheres já era prejudicada dentro de suas sociedades antes de serem fisicamente atacadas.

O paradigma de Segurança Humana, alvo de diversas críticas por não ter aplicação prática, prova sua importância em casos como Ruanda e Bósnia. É apenas através da centralização da experiência do indivíduo que situações como o estupro em massa podem ser corretamente abordadas, tanto internacionalmente quanto academicamente. As medidas de reconstrução nacional também devem levar em conta os parâmetros estabelecidos pelo conceito de *freedom from want*, a fim de efetivamente mitigar a insegurança humana dentro e fora dos conflitos.

Os estupros em massa foram considerados como crimes contra a humanidade e, posteriormente, como genocídio. Em Ruanda, a transmissão de HIV foi um diferencial dos casos, assim como na Bósnia-Herzegovina foi a gravidez forçada como objetivo. As vítimas, em sua grande maioria, foram mulheres de etnia diferente daquela dos agressores. No caso de Ruanda, as mulheres Tutsi foram as maiores vítimas, enquanto no caso da Bósnia, foram as bósnia-muçulmanas. Tais mulheres foram atacadas tanto devido ao seu gênero como a sua etnia, tornando-as alvos devido à características inerentes a sua existência.

Estas mulheres enfrentam diversos impactos ainda hoje. Devido à vergonha associada às vítimas de estupro, foram excluídas de suas comunidades. Ainda, os traumas psicológicos e físicos severos complicaram ainda mais essa reinserção no dia a dia. Os filhos gerados nestes estupros também enfrentam uma falta de apoio do governo, da comunidade, e frequentemente de suas próprias mães.

⁴³ Para a definição do conceito, referir ao subcapítulo 2.2

Lentin (1999) coloca que não existem finais felizes em genocídios. E isto, é claro, é verdade especialmente nos casos analisados na presente monografia. Porém, internacionalmente, Ruanda e Bósnia trouxeram impactos que podem ser considerados positivos internacionalmente. O estabelecimento de uma jurisprudência que considera o estupro como crime contra a humanidade e a emergência de uma corrente de pensamento que define estupro como genocídio foram consequência da atuação dos Tribunais, e a criação destes precedentes promove a discussão dos Direitos Humanos focados nas mulheres. Porém, ao verificar o status das sobreviventes atualmente, é possível questionar se a justiça realmente foi feita.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa colocou como objetivo principal a análise do uso do estupro em massa nos casos de Ruanda e Bósnia-Herzegovina através das perspectivas de gênero e etnia. Este objetivo foi firmado pois compreendeu-se que, ao analisar os casos supracitados, os trabalhos recentes da academia brasileira não eram suficientemente interseccionais. Esta motivação permeou o processo de pesquisa e escrita desta monografia.

Seguido do capítulo introdutório, o segundo e o terceiro capítulos serviram para contextualizar a discussão principal. No segundo capítulo foram abordadas teorias e conceitos que seriam basais para o restante da monografia: a teoria feminista, o conceito segurança humana e o conceito de etnia são essenciais para a forma de análise humanizada e interseccional pretendida. No terceiro capítulo, ambas as guerras foram brevemente explicadas a fim de situar a monografia em um tempo-espaço preciso.

Os objetivos específicos delimitados na Introdução foram desenvolvidos ao longo do quarto capítulo, que contém a discussão principal. A teoria feminista de Relações Internacionais serviu como base para todas as análises feitas; ao utilizar os conceitos de masculinidade e feminilidade e como os mesmos afetam situações políticas, a teoria coloca-se em evidência.

Ao explorar relatos e bibliografia disponíveis sobre Ruanda e Bósnia, também foi possível identificar uma série de semelhanças e diferenças entre os casos. Devido ao fato de que o estupro em massa foi uma estratégia marcante em ambos, frequentemente a literatura tende a tratá-los como se fossem casos idênticos. Porém, com um olhar mais minucioso, foram constatados diversos fatores relevantes que não se sobrepuseram e que têm um papel central na experiência de cada vítima e país.

Bósnia-Herzegovina teve a característica das gravidezes forçadas como objetivo primário dos estupros, gerando crianças etnicamente no limbo. Ruanda, por sua vez, teve a transmissão de HIV intencional, o que aumentou drasticamente a mortalidade pela doença no país. Apesar de ambos os governos possuírem mecanismos de auxílio e proteção para as sobreviventes, as mulheres relatam que são de difícil acesso e falhos.

Em Ruanda, as ONGs de auxílio têm tido mais sucesso em oferecer apoio, porém na Bósnia, a adesão ainda é baixa. Em ambos os países, o apoio para os filhos decorrentes dos estupros é ainda pior que o oferecido para as mulheres. A convivência entre as mulheres e homens da etnia que cometeu as agressões também é difícil, porém mostra-se ainda mais complexa em Ruanda, onde o governo promove ativamente uma reconciliação entre as comunidades (diferentemente da Bósnia, onde o governo é dividido em repúblicas baseadas em etnia).

O impacto internacional foi inegável. Os precedentes estabelecidos pelos Tribunais (ICTY e ICTR) consolidaram-se como novos paradigmas na forma de interpretar e aplicar conceitos de Segurança Humana. A centralização da experiência de civis em conflito, neste caso com um foco dado para a experiência das mulheres, foi essencial para trazer para o topo da agenda internacional a discussão de como os Direitos Humanos estavam falhando àqueles que deveriam estar sob sua proteção.

Esta discussão foi colocada em foco durante a criação dos Tribunais. Precedentes foram estabelecidos, a mídia voltou sua atenção para os casos, e a comunidade internacional expressou solidariedade para com as vítimas e apoio aos Tribunais. E, apesar disso, os estupros durante a guerra seguem ocorrendo e as sobreviventes de Ruanda e Bósnia seguem sofrendo as consequências da violência, mostrando que as medidas passadas e atuais ainda não são o suficiente.

Os casos de Bósnia e Ruanda exemplificam, da forma mais explícita possível, que a segurança do indivíduo deve ser central, complementando ou até substituindo a noção realista de segurança e integridade territorial. Além disso, também mostra como o próprio conceito de “indivíduo” deve levar em consideração os recortes de gênero, etnia e classe para que a proteção possa ser realmente efetiva.

Utilizando como base autoras como MacKinnon e Mohanty, além da análise de entrevistas feitas com sobreviventes de ambos os conflitos, foi possível compreender a relação intrínseca entre gênero e etnia. As mulheres violentadas nestes casos foram vitimizadas devido aos dois fatores. Uma análise sem um deles seria uma análise empobrecida, ao passo de que as vivências das sobreviventes não estariam sendo contempladas em sua totalidade.

MacKinnon (2006) colocou que os Direitos Humanos não têm incorporado os direitos das mulheres. A teoria feminista de RI busca mudar esta situação ao trazer situações como estas para a análise acadêmica. Pois o que são os estupros em

massa se não uma grave violação de Direitos Humanos? Repetidamente, a luta das mulheres tem sido categorizada como uma briga por “direitos das mulheres”, em uma tentativa de reduzir e minimizar a importância desta luta. Bósnia e Ruanda forçam a comunidade internacional a entender a violação das mulheres como uma violação de Direitos Humanos, que deve ser preocupação de todos, independentemente de gênero.

A etnia torna-se, neste contexto, um fator agravante nesta luta por direitos. Não apenas é preciso enfrentar o racismo, a xenofobia e a intolerância religiosa de forma explícita, como, frequentemente, as próprias pessoas que buscam ajudar invisibilizam as histórias de sobrevivência através de uma análise parcial dos fatos. As vítimas são invisibilizadas por suas comunidades, ao serem isoladas; por suas nações, por não receberem auxílio adequado; pelo sistema internacional, por serem consideradas como um problema já resolvido; e pela maior parte dos que se propõe a analisar suas histórias, ao serem tratadas como objetos de pesquisa ao invés de como mulheres reais com experiências reais.

Ao lidar com temas como o estupro em massa em situações de conflito, a abordagem deve ser mais humanizada. Em sua gana de manter um distanciamento científico, a academia em sua maioria atropela o indivíduo, tentando encaixar acontecimentos reais dentro de teorias para reforçar uma ou outra narrativa. Teorias são lentes pelas quais damos sentido à realidade, e não o contrário.

Mesmo entre as feministas expoentes, encontram-se ainda problemas. Quando ocorre a intenção de analisar as experiências femininas fora do eixo norte, é frequente o uso de uma generalização que não é benéfica. Como Chandra Mohanty (1984) expõe, esta análise assume que as mulheres do chamado “Terceiro Mundo” compartilham da mesma experiência entre si, ou entre todas as mulheres mundialmente. Apesar deste conceito de irmandade ser honrável, ele se mostra pouco útil quando aplicado à realidade. Tradicionalmente, as acadêmicas feministas são europeias ou norte-americanas, brancas, inseridas em um meio acadêmico bastante elitista. Ao analisar a luta da mulher, estão na verdade analisando a luta das mulheres que se parecem com elas, vivem como elas, crescem como elas.

A centralização das vozes das mulheres Tutsi e bósnias mostra-se essencial. É preciso levar em consideração seus relatos e experiências, mesmo que duros, mesmo que contraditórios, mesmo que controversos. Sem isto, nenhuma análise destes conflitos estará completa.

A partir destes novos elementos norteadores de pesquisa, sendo eles a humanização e a interseccionalidade, novas possibilidades se abrem academicamente. É possível buscar, por exemplo, como encontram-se as vítimas hoje em dia na sociedade. A análise sobre os problemas encontrados na reconstrução da malha social de Bósnia e Ruanda deve partir destes princípios supracitados, assim como o desenvolvimento de políticas públicas de apoio para as sobreviventes.

Apesar de compreender que não é comum a inserção de citações diretas no capítulo final, traz-se aqui o depoimento de duas sobreviventes, uma de cada caso analisado. Sem trazer novas informações que não foram exploradas no presente trabalho, estes depoimentos ajudam a ilustrar os pontos principais da discussão, reforçando os objetivos da pesquisa.

Yolande Mukagasana, ruandesa Tutsi e sobrevivente do genocídio, coloca em seu livro *Not my time to die* (2019):

‘Um dia, eu irei escrever tudo isso’, eu juro para mim mesma. ‘Que aqueles que não tem a força para ler denunciem-se como cúmplices no genocídio contra os Tutsi em Ruanda. Eu, Yolande Mukagasana, declaro frente à humanidade que qualquer pessoa que não quer saber sobre a provação do povo ruandês compartilha a culpa dos perpetradores. (MUKAGASANA, 2019, p. 70, tradução nossa)⁴⁴

Ramiza Gurdić, sobrevivente bósnia, perdeu seu marido, os dois filhos, e 33 outros membros de sua família. Em entrevista para a fundação *Remembering Srebrenica*, conta:

Nós nunca iremos parar de lutar por verdade e justiça. Conforme nós mulheres envelhecemos, nós sentimos o peso da responsabilidade sobre nossos ombros para garantir que nossas histórias, e as histórias de nossos entes queridos sejam ouvidas e lembradas, e que quando partirmos, outros continuarão a lutar por justiça. Eu peço para todos vocês nos ajudarem nesta luta. (GURDIĆ, 2019, n.p., tradução nossa)⁴⁵

⁴⁴ ‘One day, I will write all this down,’ I vow to myself. ‘May those who don’t have the strength to read it denounce themselves as complicit in the genocide against the Tutsi in Rwanda. I, Yolande Mukagasana, declare before humanity that whoever doesn’t want to know about the ordeal of the Rwandan people shares in the guilt of the perpetrators. (MUKAGASANA, 2019, p. 70)

⁴⁵ We will never stop fighting for truth and justice. As we women grow older, we feel the weight of responsibility on our shoulders to ensure that our stories, and the stories of our loved ones are heard and remembered, and that when we are gone, others will continue to fight for justice. I ask all of you to help us with this fight. (GURDIĆ, 2019, n.p.)

Nas Relações Internacionais, procuramos dar sentido aos acontecimentos. Os académicos da disciplina procuram entender como algo aconteceu, por que aconteceu, e como pode-se impedir que aconteça de novo. Os casos de Ruanda e Bósnia-Herzegovina ilustram como, muitas vezes, este objetivo não é alcançado como o esperado. A discussão sobre os casos deve partir de uma perspectiva multidimensional, interseccional e humanitária.

Território é o local sob o qual o poder é exercido. Tradicionalmente, isto foi entendido em termos físicos e geográficos, e defendido internacionalmente seguindo esta perspectiva. Nos casos dos estupros genocidas cometidos, o corpo feminino foi territorializado, e o poder de terceiros foi exercido sobre ele sem consentimento. A intersecção entre a etnia e o gênero destas mulheres as tornaram parte do campo de batalha. Pouco se fala sobre as diversas maneiras que a soberania pode ser violada; que os casos de Ruanda e Bósnia sirvam como lembrança de que as fronteiras femininas também devem ser respeitadas.

REFERÊNCIAS

_____. Rwandan Genocid. **History**, out. 2009. Disponível em: <https://www.history.com/topics/africa/rwandan-genocide#section_2>. Acesso em: 10 out. 2020.

25 Years After Bosnia's War, Rape survivors still struggle for justice. Congress can help! **Amnesty International**, abr. 2018. Disponível em: <<https://www.amnestyusa.org/our-work/government-relations/advocacy/%2025-y%20ears-after-bosnias-war-rape-survivors-still-struggle-for-justice-congress-can-help>>. Acesso em: 20 out. 2020.

ABDIKADIR, Siraj Maryan *et al.* **The Rwandan Civil War**. 2016. 31 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de International Relations, United States International University-Africa, Nairobi, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306263863_The_RWANDAN_CIVIL_WAR. Acesso em: 10 out. 2020.

ACHARYA, Amitav. Human Security In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations**. 7. ed. Oxford: Oxford, 2017. p. 480-496

ANDREATTA, Filip. **The new World Order: failure and success of international intervention**. 1997. Disponível em: <https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUIS_SFiles/occ001.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

ANGHEL, Gheorghe. **War in Bosnia, 1992-1995: Analyzing Military Asymmetries and Failures**, 2000. Disponível em: < <https://www.hSDL.org/?view&did=450864>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BALA, Nita. How mass rape in genocide transformed Rwanda's response to AIDS. **Reuters**, Abr. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-rwanda-genocide-aids-feature-idUSKCN1RN00C>

Balkanswar: a brief guide. **BBC News**, mar. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-17632399>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BANKA, Neha. Explained: Srebrenica massacre, the ethnic cleansing of Bosnian Muslims. **Indian Express**, Kalkota, jul. 2020. Disponível em:<<https://indianexpress.com/article/explained/explained-srebrenica-massacre-the-ethnic-cleansing-of-bosnian-muslims-6502200/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

BARTH, Fredrick. **Ethnic Groups and Boudaries**, 1969. Disponível em:<https://www.brown.edu/Departments/Joukowsky_Institute/courses/ethnicidentity12/files/19389643.pdf>. Acesso em: 4 out. 2020.

BASSANETTI, Kalila. O PAPEL DA MULHER NOS CONFLITOS INTERNACIONAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A GUERRA DA BÓSNIA. **CIPPUS**, Canoas/RS, v. 3, n. 2, p. 46-67, nov. 2014.

BHOPAL, R. Glossary of terms relating to ethnicity and race: for reflection and debate. **Journal of Epidemiology & Community Health**, [S.L], vol.58, p. 441-445, 2004. Disponível em:<<https://jech.bmj.com/content/58/6/441.info>>. Acesso em: 13 out. 2020.

BIEZUS, Devlin Tavares; BLUM, Gustavo Glodes. AS DINÂMICAS DE GÊNERO NO CRIME DE GENOCÍDIO: estudo de caso da bósnia-herzegovina. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 234-246, dez. 2017.

Bosnia and Herzegovina, eds. **The General Framework Agreement for Peace**. , [S.L], p. 12–52, mai. 1997. Disponível em:<<https://www.osce.org/files/f/documents/e/0/126173.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.

Bosnia-Herzegovina: the fall of srebrenica and the failure of U.N Peacekeeping. **Hrw**, [S.L], vol. 7, n. 13, out. 1995. Disponível em:<<https://www.hrw.org/legacy/summaries/s.bosnia9510.html>>. Acesso em: 15 out. 2020.

Bosnian War. **Britannica**. Disponível em:<<https://www.britannica.com/event/Bosnian-War>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRAMLETT, Sam. What was the cause of the Bosnian War. **The borgen Project**, [S.L], jan. 2018, Disponível em: <<https://borgenproject.org/cause-of-the-bosnian-war/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BROWN, Sherrie L. Russel. Rape as an Act of Genocide. **Berkeley Journal of International Law**, [S.L], vol. 21, n. 2, 2003. Disponível em:<<https://jech.bmj.com/content/58/6/441.info>>. Acesso em: 4 out. 2020.

BROWN, Suzanne. Feminist History of Rape. **Washington Coalition Of Sexual Assault Programs**, Washington, p. 6-9, maio 2003. Disponível em: <https://www.safeplaceolympia.org/wp-content/uploads/2011/09/A-Feminist-History-of-Rape.pdf>. Acesso em: 2 out. 2020.

BROWNMILLER, Susan. **Against our will: men, women and rape**. New York: Open Road Integrated Media, 2. ed., 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2. ed., 2003.

CASAGRANDE, Maria Clara; OLIVEIRA, A. C. D; REBELLO, Luís Felipe. Os estupros como arma de guerra contra as mulheres durante a guerra na Bósnia (1992-1995): uma reflexão à luz do conceito de segurança humana das nações unidas. **Ártemis**, Paraíba, v. 20, n. 2, p. 128-140, ago./dez. 2015

COPELON, Rhonda. Surfacing Gender: Reengraving the Crimes against Women in Humanitarian Law. In: Dombrowski, N. (org.). **Women and War in the Twentieth Century**. Nova York e Londres: Garland Publishing, 1999.

CUTI, Carlos. Os 1425 dias de sarajevo. **AVENTURAS NA HISTÓRIA**, jul. 2019, Matérias, Guerra. Disponível em:<<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/cerco-sarajevo.phtml>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

DZIDIC, Denici. Why There's no 'Truth' About The Bosnin War. **Balkan Insight**, Sarajevo, Mario, 2014. Disponível em:<<https://balkaninsight.com/2014/05/12/why-the-re-s-no-truth-about-the-bosnian-war/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

EDITORS, History.com. Bosnian Genocide. **History**, out. 2009. Disponível em: <<https://www.history.com/topics/1990s/bosnian-genocide>>. Acesso em: 10 out. 2020.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases**: Making Feminist Sense of International Politics. 2. ed. Los Angeles: University of California Press, 2014.

Entenda o genocídio de ruanda de 1994: 800 mil mortes em cem dias. **BBC**, [S.L], 7 abr. 2014. Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms> Acesso em: 21 abr. 2019.

Ethnic Cleansing in Bosnia. **Remembering Srebrenica**, história out. 2014. Disponível em: <<https://www.srebrenica.org.uk/what-happened/history/ethnic-cleansing-bosnia/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

GAZIZULLIN, Aydar. The Significance of the 'Human Security' Paradigm in International Politics. **E-INTERNATIONAL RELATIONS**, University of Bath, Dez. 2015. Disponível em:<<https://www.e-ir.info/2016/02/29/the-significance-of-the-human-security-paradigm-in-international-politics/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GERECKE, Megan. Explaining Sexual Violence in Conflict Situations. *In*: **New Political Science**, [S.L], ago. 2010.

GERVAIS, Myriam. **Human security and reconstruction efforts in Rwanda: impact on the lives of women**. 2003. Disponível em:<<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/91BAEEDBA50C6907C1256D19006A9353-chs-security-may03.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 200.

HADDAD, Heidi Nichols. Mobilizing the Will to Prosecute: Crimes of Rape at the Yugoslav and Rwandan Tribunals. **Human Rights Rev**, [S.L], p. 109-132, ago. 2011.

HAMEL, Marie-Eve. Ethnic belonging of the children born out of rape in postconflict Bosnia-Herzegovina and Rwanda. **Nations And Nationalism**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 287-304, fev. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/nana.12151>>. Acesso em: 5 out. 2020.

How 581 Tons of Machetes Were Purchased for Genocide. **The Chronicles**, fev. 2020. Disponível em:<<https://www.chronicles.rw/2020/02/28/how-581-tons-of-machetes-were-purchased-for-genocide/>>. Acesso em: 5 out. 2020.

How mass rape in genocide transformed Rwanda's response to AIDS. **Reuters**, abr. 2019. Disponível em:<<https://www.reuters.com/article/us-rwanda-genocide-aids-feature-idUSKCN1RN00C>>. Acesso em: 15 out. 2020.

ISAAC, Maïke; JURASZ, Olga. Towards an Intersectional Understanding of Conflict-Related Sexual Violence: gender, sexuality, and ethnicity at the icty. **International Criminal Law Review**, [S.L.], v. 18, n. 5, p. 853-882, set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1163/15718123-01805003>.

ISAJIW, Wsevolod W. **DEFINITION AND DIMENSIONS OF ETHNICITY: A THEORETICAL FRAMEWORK**, 1992. Disponível em:<https://tspace.library.utoronto.ca/bitstream/1807/68/2/Def_DimofEthnicity.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.

JENKINS, Richard. Rethinking ethnicity: Identity, categorizations and power. **Ethnic and racial studies**, vol. 17, n. 2, p.197-223, set. 2010. Disponível em:<<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01419870.1994.9993821>>. Acesso em: 10 out. 2020.

KALDOR, Mary. In Defence of New Wars. **Stability: International Journal of Security & Development**. 2020. Disponível em:<<https://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.at/>>. Acesso em: 5 out. 2020.

KINSELLA, Helen. Feminism. *In*: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia; **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations**. 7. ed. Oxford: Oxford, 2017, p. 189-203.

LAKE, David. Theory Is Dead, Long Live Theory: The End of the Great Debates and the Rise of Eclecticism in International Relations. **European Journal of International Relations**, vol. 19, p. 567-587, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/258134893_Theory_Is_Dead_Long_Live_Theory_The_End_of_the_Great_Debates_and_the_Rise_of_Eclecticism_in_International_Relations>. Acesso em: 15 out. 2020.

LARA, A. M. B. ; MOLINA, Adão Aparecido. Pesquisa Qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias. *In*: Cèzar de Alencar Arnaut de Toledo; Maria Teresa Claro Gonzaga. (Org.). **Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas**. Maringá: EEduem, 2011, v. 01, p. 121-172.

LENTIN, Ronit. The Rape of the Nation: women narrativising genocide. **Sociological Research Online**, [S.L], v. 4, n. 2, p. 1-13, jun. 1999. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/24131714>>. Acesso em: 10 out. 2020.

LITTLEWOOD, Roland. Military Rape. **Royal Institute of Great Britain and Ireland**, Grã-Bretanha e Irlanda, vol. 13, n. 2, p. 7-16, abr. 1997. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2783037?seq=1>>. Acesso em: 10 out. 2020.

LOCH, Saulo. Relembre as guerras na antiga iugoslávia nos anos 1990. **SUPERINTERESSANTE**, [S.L], 4, nov, 2019. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/relembre-as-guerras-na-antiga-iugoslavia-nos-anos-1990/>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

MACKINNON, Catherine A. **Are women human?: and other international dialogues**. Massachusetts: The Belknap Press Of Harvard University Press, 2006. p.435.

MARTINS, Núbia Sanches. O estupro como arma de guerra: violência sexual e reprodutiva. **Seminário Internacional de Educação e Sexualidade**, Vitória-ES, jul. 2016.

MARYA, Siraj; MATILDA, Mulila. The RWANDAN CIVIL WAR. **The Rwandan Civil War**, 2016, p. 33. 32. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/306263863_The_RWANDAN_CIVIL_WAR>. Acesso em: 5 out 2020.

MLH26. Conflict Mapping and the Bosnian War. **University of Kent**, jan. 2018. Disponível em:<https://blogs.kent.ac.uk/carc/2018/01/12/conflict-mapping-and-the-bosnian-war/#_ftn2>. Acesso em: 10 out. 2020.

MOCKAITIS, Tom. Srebrenica, 25 years later Lesson from the massacre that ended the Bosnia conflict and unmasked a genocide. **The conversation**, jul, 2020. Disponível em: <<https://theconversation.com/srebrenica-25-years-later-lessons-from-the-massacre-that-ended-the-bosnian-conflict-and-unmasked-a-genocide-141177>>. Acesso em: 10 out. 2020.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism**, 1984, Vol. 12, No. 3, p.333-358. Disponível em: <http://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_5/under-western-eyes.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.

MORAIS, Pâmela Samara Vicente; TREIS, Maria Eduarda Jark. Estupro Genocida: como a tática de guerra marcou a sociedade ruandesa. **Revista Perspectiva**, vol. 11, n. 21, 2018. Disponível em:< <https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/87176>>. Acesso em: 5 out. 2020.

MUKAGASANA, Yolande. **Not my time to die**. Huza Press: Rwanda, 2019.

MUKAMANA, Donatilla; BRYSIWICZ, Petra. The Lived Experience of Genocide Rape Survivors in Rwanda. **Journal Of Nursing Scholarship**, [S.L.], v. 40, n. 4, p. 379-384, 2008.

NARDELI, Alberto; DZIDIC, Denis; JUKIC, Elvira. Bosnia and Herzegovina: the complicated system of government? **The guardian**, 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/datablog/2014/oct/08/bosnia-herzegovina-elections-the-worlds-most-complicated-system-of-government>>. Acesso em: 10 out. 2020.

OLIVEIRA, Bárbara de Abreu; LIMA JÚNIOR, Jayme Benvenuto. O ESTUPRO COMO ESTRATÉGIA DE GUERRA EM CONFLITOS ARMADOS: a experiência do tribunal penal internacional para a antiga iugoslávia nos casos de violência de gênero. **Brazilian Journal Of International Relations**, Marília, v. 8, n. 1, p. 97-116, jan-abr. 2019.

OUR Story. **Avega**. Disponível em: <<https://avega-agahozo.org/our-story/>>. Acesso em: 22 nov.2020.

PEREIRA, Haula Hamad Timeni Freire Pascoal; CAVALCANTI, Sabrinna Correia Medeiros. A PRÁTICA DO ESTUPRO DE MULHERES COMO ESTRATÉGIA DE GUERRA SOB O VIÉS DO DIREITO INTERNACIONAL. **Revista Tema**, [S.L], v. 16, n. 24, p. 4-20, jan. 2015.

PEREIRA, Susana Luísa Correia. (In)segurança humana em situação de conflito armado: o crime de violação enquanto atrocidade. **Repositório M**, 2014. Disponível em:<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/32162>>. Acesso em: 4 out. 2020.

PERES, Andréa Carolina Schvartz. Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 37, p. 117-162, Dez. 2011 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Nov. 2020.

PROJECT, Women's Rights; WATCH, Human Rights. **The Human Rights Watch Global Report on Women's Human Rights**, 1995. Disponível em:<<https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/general958.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2020.

Ramiza Gurdic. **Remembering Srebrenica**. Disponível em: <<https://www.srebrenica.org.uk/survivor-stories/ramiza-gurdic/>>. Acesso em: 5 out. 2020.

REJALI, Darius M. After Feminist Analyses of Bosnian Violence. **Peace review: a journal of social justice**, [S.L], vol. 8, n° 3: women and war, p. 365-371, dez, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/10402659608425981>>. Acesso em: 10 out. 2020.

REMEMBERING SREBENICA. The rapes in bosnia-herzegovina. **Remembering Srebrenica**, [S.L], 16 jun., 2017. Disponível em: <<https://www.srebrenica.org.uk/what-happened/the-rapes-in-bosnia-herzegovina-alexandra-stiglmayer/>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

Rwanda Civil War. **Global security**. Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/world/war/rwanda.htm>>. Acesso em: 5 out. 2020.

Rwanda Cultural Institutions. **Britannica**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Rwanda/Cultural-institutions#ref214507>>. Acesso em: 10 out. 2020.

Rwanda Genocide of 1994. **Britannica**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Rwanda-genocide-of-1994#ref299896>>. Acesso em: 10 out. 2020.

Rwanda History. **Surv Survivors Fund**. Disponível em: <<https://survivors-fund.org.uk/learn/rwandan-history/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

Rwanda, the Genocide, And a History of International Interference: A Look into the EPW Archives. **EPW Engage**, abr. 2011. Disponível em: <<https://www.epw.in/engage/article/rwanda-genocide-and-history-international>>. Acesso em: 11 out. 2020

Rwanda. **Human rights watch**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/reports/1999/rwanda/Geno1-3-09.htm>>. Acesso em: 5 out. 2020.

Rwanda: from civil war to genocide. **AA**, março, 2018. Disponível em: <<https://www.aa.com.tr/en/africa/rwanda-from-civil-war-to-genocide/1104102>>. Acesso em: 5 out. 2020.

Rwanda: History **The commonwealth**. Disponível em: <<https://thecommonwealth.org/our-member-countries/rwanda/history#:~:text=By%20the%2017th%20century%20Tutsis,Tutsis%20and%20Twa%20were%20living.&text=After%20World%20War%20I%2C%20it,%2C%20'Ruanda%E2%80%93Urundi'.>>> Acesso em: 5 out. 2020.

Rwanda: How the genocide happened. **BBC**, mai. 2011. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-13431486>>. Acesso em: 5 out. 2020.

SARLACH, Lisa. Rape as Genocide: Bangladesh, the Former Yugoslavia, and Rwanda. **New Political Science**, vol. 22, n. 1, p. 89-102, 2000. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/713687893>>. Acesso em: 5 out. 2020.

Serbian Forces Target Civilians. **United States Holocaust Memorial Museum**. Disponível em: <<https://www.ushmm.org/genocide-prevention/countries/bosnia-herzegovina/casestudy/violence/serbian-forces-target-civilians>> Acesso em: 7 out. 2020.

SHATTERED LIVES: Sexual Violence during the Rwandan Genocide and its Aftermath. **Human Rights Watch**, 1996. Disponível em: <<https://www.hrw.org/reports/1996/Rwanda.htm>>. Acesso em: 15 out. 2020.

SJOBORG, Laura; VIA, Sandra. **Gender, War and Militarism: Feminist Perspectives**. 1. ed. Santa Barbara, California: Praeger, 2010.

SKJELSBÆK, Inger. **Victim and Survivor: Narrated Social Identities of Women Who Experienced Rape During the War in Bosnia-Herzegovina**, 2006. Disponível em: <<https://www.usip.org/sites/default/files/missing-peace/Inger-Skjelsbaek.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2020.

STAFF, Reuters. Chronology: What happened during the war in Bosnia. **Reuters**, jul. 2008. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/idUSL21644464>>. Acesso em: 15 out. 2020.

SVEEN, Benjamin. Bosnian War: What led to Europe's most devastating conflict since World War II. **News**, nov. 2017. Disponível em: <<https://www.abc.net.au/news/2017-11-20/bosnian-war-explained/9170716>>. Acesso em: 10 out. 2020.

The Bosnian War. **Case work**. Disponível em: <<https://casework.eu/lesson/the-bosnian-war/>>. Acesso em: 7 out. 2020.

The ICTR in Brief. **United Nations International Residual Mechanism for Criminal Tribunals**. Disponível em: <<https://unictr.irmct.org/en/tribunal>>. Acesso em: 8 out. 2020.

The Yugoslav War. **Lumen: Boundless World History**. Disponível em: <<https://courses.lumenlearning.com/boundless-worldhistory/chapter/the-yugoslav-war/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

TICKNER, J. Ann; **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold Era War**. 1. ed. New York: Columbia University Press, 2001.

UN General Assembly, Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide, Estados Unidos, **Treaty Series**, vol. 78, p. 277, dez. 1948. Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/3ae6b3ac0.html>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **Human Development Report 1994**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr_1994_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

UNITED NATIONS. Human Security Now. **Commission on Human Security**, 2003. Disponível em: <<https://www.iknowpolitics.org/sites/default/files/human20security20and20reconstrucion20in20rwanda.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2020.

United Nations: International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia. **United Nations**. Disponível em: <<https://www.icty.org/en/about/what-former-yugoslavia/conflicts>>. Acesso em: 7 out. 2020.

VLADIVLJEVIC, Anja; LAKIC, Mladen; BEGISHOLLI, Blerta. Compensation Comes late for rape survivors of Balkan Wars. **Balkanin Insight**, Prestina, Sarajevo, Zagreb, jun. 2019. Disponível em: <<https://balkaninsight.com/2019/06/19/compensation-%20comes-%20late-for-ra%20pe-survivors-of-balkan-wars/>>. Acesso em: 8 out. 2020.

WIKIGENDER. **Gender genocide in the bosnian war**. Disponível em: <<https://www.wikigender.org/wiki/gender-genocide-in-the-bosnian-war/>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

Yugoslavia war crimes timeline. **The guardian**. Disponível em:<<https://www.theguardian.com/yugo/timeline/0,,1294882,00.html>>. Acesso em: 15 out. 2020.

YUVAL-DAVIS, Nira. **Gender e Nation**. 1997. Disponível em:<<https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/gender-and-nation/book203639#preview>>. Acesso em: 10 out. 2020.

YUVAL-DAVIS, Nira; ANTHIAS, Floya. **Racialized boundaries: race, nation, gender, colour and class and the anti-racist struggle**. Nova lorque: Routledge, 2005, p. 168.

ZAPATA, Mollie. Congo: The First and Second Wars, 1996-2003. **Enough**, nov. 2001. Disponível em: <<https://enoughproject.org/blog/congo-first-and-second-wars-1996-2003>>. Acesso em: 7 out. 2020.

ZAWATI, Hilmi M. **The triumph of ethnic hatred and the failure of international political will: gendered violence and genocide in the former Yugoslavia and Rwanda**. New York: The Edwin Mellen Press, 2010, p. 456.